

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE JUNHO DE 2014

NÚMERO 6.705

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4ª SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascari
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Paulo França
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascari
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Paulo França
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Paulo França
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 036ª Sessão Ordinária realizada em 22/04/2014.....2 Ata da 037ª Sessão Ordinária realizada em 22/04/2014.....7</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência DL17 Atos da Mesa18</p> <p>Publicações Diversas Ofícios19 Portarias21 Projetos de Lei23 Redações Finais27</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chioldini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras.

deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital. É uma satisfação, depois de um feriado prolongado no Brasil, voltar a este Parlamento e ocupar a tribuna neste primeiro momento para discorrer sobre algumas ações que o nosso glorioso PMDB adotará no próximo sábado através da nossa pré-convenção estipulada pela Executiva e pelo diretório estadual.

Como é de conhecimento público e notório de toda a sociedade catarinense e brasileira, nós, o maior partido de Santa Catarina desde 2002, quando o governador Luiz Henrique e o vice-governador, naquele momento, pré-candidatos, e depois, candidatos, logo depois governador e vice-governador enfrentaram uma eleição em Santa Catarina e começaram a fazer a gestão administrativa do estado, obviamente, com os partidos coligados naquele momento.

Em 2006 tivemos a reedição da nossa aliança, acrescentando mais um partido, à época, o PFL, o DEM e, hoje, o PSD. E, agora, em 2014 estamos em vistas de um novo processo eleitoral em que o PMDB, no próximo sábado, fará uma pré-convenção estadual acordada com todas as lideranças do partido, desde o diretório, a Executiva, deputados federais, estaduais, senadores e o vice-governador. E o resultado da mesma terá um grande valor para a convenção estadual, que deverá ser marcada entre os dias 10 a 30 de junho.

Assim, falo por mim, mas a grande maioria dos nossos colegas da bancada que fazem parte da bancada estadual do PMDB torna público a nossa posição com relação ao encaminhamento que estamos fazendo. E na região que este deputado representa, o vale do Itajaí, temos feito um trabalho de convencimento das nossas lideranças para manutenção da atual aliança com o atual governador, Raimundo Colombo, e com o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, mas, logicamente, que muitos municípios catarinenses que não detêm o comando das cidades, neste momento, pensam de forma diferente.

Mas o que importa é que realmente se inicia neste momento a discussão da tese da candidatura própria capitaneada por um companheiro nosso frente a cabeça de chapa ou a atual aliança comandada pelo atual governador Raimundo Colombo. Obviamente, o PMDB buscando a sua condição de vice-governador e a questão de candidatos ao senado, enfim, o que estaremos discutindo no próximo sábado não são nomes de candidatos a governadores do PMDB, mas uma tese, e se prevalecer a tese da candidatura própria teremos uma candidatura até dia 30 de junho que poderá ser a do deputado Mauro Mariani, do Prefeito Dário Berger, do deputado Aldo Schneider, do deputado Antonio Aguiar, do deputado Mauro de Nadal, do Senador Luiz Henrique.

Obviamente depois do dia 26 de abril é que veremos a movimentação dentro do

partido, quem será o nosso candidato se for esta tese a vitoriosa. Caso a tese não seja vitoriosa e nós mantivermos a aliança com o atual governador, nós, do PMDB teremos a vaga da vice-governança para algum companheiro de partido.

É lógico que no próximo sábado faremos a seguinte pergunta: você é favorável a atual aliança em Santa Catarina ou você é favorável a tese da candidatura própria? A partir da resposta da maioria dos nossos colegas convencionais é que tomaremos um rumo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu concedo um aparte ao eminente deputado Antonio Aguiar.

Sr. Deputado Antonio Aguiar - Gostaria de ser solidário a v.exa. no seu depoimento e dizer que realmente o PMDB, assim como em outras oportunidades, participa de uma pré-convenção, que não é a definitiva, como o nome já diz é pré em que vamos discutir esta importante tese de continuarmos ou não com o governador Raimundo Colombo.

Nós, deputados estaduais, somos favoráveis à coligação Raimundo Colombo e Pinho Moreira porque entendemos que o trabalho que realizamos até agora está sendo feito e repercutindo em toda a sociedade catarinense. Neste sentido, nós, deputados estaduais, esperamos no sábado que toda a família PMDB compareça a Florianópolis para mais uma vez mostrarmos a nossa vontade e externar os nossos pensamentos. E que Deus nos ilumine no próximo sábado, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu agradeço a sua manifestação, eminente deputado Antônio Aguiar, e a incorporo ao meu pronunciamento.

Evidentemente, temos que ter senso de responsabilidade, afinal de contas, agora vou falar por mim e não pelo sentimento do partido, mas represento uma região com mais de 70 municípios do vale do Itajaí e, dentro das regiões orçamentárias e financeiras do governo Raimundo e Eduardo, a nossa região foi altamente contemplada, basta pegarmos apenas um item, sobre o qual estamos há muitos anos discutindo em Santa Catarina, que é a questão de contenção de cheias do vale do Itajaí.

Hoje o que não está acontecendo em obras propriamente ditas, está na contratação de projetos de engenharia que viabilizarão licitação para que estes projetos em curto prazo se tornem obras. Essas obras, deputado Antonio Aguiar, com certeza darão mais segurança às famílias, contenção de prejuízos e acima de tudo, darão segurança e não mais aquela angústia de mais uma enchente nos municípios do vale do Itajaí. Para citar um exemplo na questão da contenção de cheias são mais de R\$ 600.000,00. E registre-se nesta tribuna, 50% a fundo perdido do governo federal e 50% do governo do estado.

É uma parceria que deu certo, e, dentro dessas questões, citei um exemplo, que é a questão da contenção de cheias, mas se falarmos em rodovias o governo está a todo o vapor; se falarmos em reconstrução, de unidades escolares, o governo também está a todo o vapor; se falarmos em inovação o governo está a todo o vapor, se falarmos que temos dificuldade em segurança? É claro que temos esse é o mal do século em todo o mundo. Se falarmos em educação evidentemente que temos alguns problemas de gestão, claro que temos, mas temos 1120 escolas em Santa Catarina e temos os bons exemplos de professores premiados para ir aos Estados Unidos, mas também temos os maus

exemplos, e daí a lógica de como gerir uma escola está no manual e existem professores que o seguem e outros que não seguem.

Eu quero aqui atribuir ao governo muitos avanços e logicamente por isso que eu na condição de deputado estadual estou autorizado a falar em nome do deputado federal Rogério Mendonça. Nós, juntamente com o ex-deputado e ex-secretário de Articulação Nacional, o deputado João Matos, que também representa a região do vale do Itajaí, estamos fazendo uma cruzada em todos os municípios que representamos para que sábado os nossos convencionais estejam aqui nesta pré-convenção convalidando aquilo que nós na condição de líderes e detentores de mandatos eletivos neste momento temos condições de levar a todos os municípios que representamos.

Logicamente este é um trabalho de formiguinha, temos aqui um reconhecimento e um respeito por parte dos nossos colegas de partido que não pensam igual a nós e aqui eu posso citar o deputado Mauro Mariani, o deputado Carlos Chiodini, o ex-governador Paulo Afonso e tantos outros companheiros que pregam outra vertente ou tese de que o PMDB deveria ter uma candidatura própria neste momento. Claro que isso não é um jogo de poder em que alguns perdem e outros ganham, temos uma discussão sobre a tese da candidatura própria ou não.

Evidentemente, depois do resultado do dia 26 o mais importante para a sobrevivência do PMDB, seja qual for o caminho que o PMDB for adotar, com a candidatura própria ou candidatura coligada com o atual governador Raimundo Colombo, que o PMDB tenha grandeza de sair fortalecido desse processo para que possamos fazer em Santa Catarina o papel democrático que compete aos partidos políticos que é o de participar de uma forma ou de outra do pleito majoritário que se avizinha no próximo dia 05 de outubro.

O apelo que faço neste momento é que, apesar de termos muitas lideranças, e todas elas obviamente, com opiniões distintas, mas que a partir da apuração do último voto nós, do PMDB, que é o maior partido de Santa Catarina e que representa os anseios da comunidade, do povo catarinense, que possamos sair daqui com a unidade que nós tanto pregamos e buscamos, para que não haja uma liderança forte, mas várias lideranças fortes para que possamos disputar a eleição do dia 05 de outubro.

Esta é a minha colocação, desejo aqui sucesso a todos que defendam essas teses e obviamente o meu posicionamento é pela manutenção da aliança com o governador Raimundo Colombo, juntamente com o posicionamento do deputado federal Rogério Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SENHOR DEPUTADO SERAFIM VENZON - Senhor presidente, sras. deputadas e srs. deputados queria me ater a um assunto que a revista Época traz esta semana, cuja manchete é a seguinte: "É público, mas parece privado." Se refere ao hospital do subúrbio.

Em Salvador, na Bahia, o governo do estado não precisa gastar mais para oferecer um atendimento de qualidade à população.

Na verdade, essa segunda parte da manchete não é bem verdade, o governo precisa gastar mais, sim, é justamente o que demonstra para quem for ler a matéria da revista *Época*, sobre o hospital que fica no subúrbio, nos arredores da cidade de Salvador.

O governador Jaques Wagner, do PT, meu amigo, à época de deputado federal, construiu um hospital mais ou menos como acontece em Santa Catarina com o Hospital Florianópolis, aliás, cumprimento neste momento o dr. Rodrigo Miranda, que é diretor técnico do Hospital Florianópolis. O que acontece em Florianópolis é exatamente o que fez o governo do PT, na Bahia, que construiu o hospital e custou em torno de R\$ 50 milhões, e custou também R\$ 30 milhões, aproximadamente, para equipá-lo, e depois, contratou uma empresa PPP - Parceria Público-Privadas - para administrar o hospital. Esse hospital tem um gasto por ano em média, de R\$ 151 milhões, conforme o movimento do hospital e pelo número de funcionários corresponde a 10% a menos se o governo da Bahia administrasse o hospital, ou seja, se o governo baiano estivesse administrando o hospital teria gasto em vez de R\$ 151 milhões, perto de R\$ 166 milhões ou R\$ 167 milhões, ou seja, 10% a mais, isto dito pela própria revista *Época* no levantamento que fez, inclusive elogia o hospital. Nesse hospital o paciente é atendido como se estivesse em um hospital particular, mesmo porque agora esse hospital tem aspecto de novo e o detalhe mais importante é o valor investido em melhorias.

E também é colocado pela revista *Época*, e eu também tenho falado nesta tribuna, que aquilo que o SUS paga é quatro ou cinco vezes menos do que custa a manutenção de um hospital. A revista *Época* também fala dos números do sucesso e cita que o governo gasta R\$ 151 milhões para administrar o hospital e que aumentou o incremento na saúde do governo da Bahia em 46%, e que a economia corresponde a 10% e aquilo que o hospital recebe corresponde a 20% da receita, ou seja, todos os atendimentos que o hospital do subúrbio da cidade de Salvador faz é pelo SUS, ninguém paga, e o que recebe de AIH - Autorização de Internação Hospitalar -, corresponde a 20%, isto significa que o governo baiano gasta R\$ 151 milhões e recebe do SUS R\$ 30 milhões, então, R\$ 120 milhões fica no vermelho.

E quero me reportar a nossa situação em Santa Catarina, onde temos 14 ou 15 hospitais do governo, e agora temos dois hospitais em Florianópolis e em Araranguá, o Hospital Regional, administrados por uma Parceria Público-Privada. Todos os outros hospitais são mantidos exclusivamente pelo SUS. Na Bahia o governo paga R\$ 120 milhões; em Florianópolis, o governador Raimundo Colombo vai pagar o excedente que certamente não vai passar de 20%, e para o hospital da cidade de Araranguá será a mesma coisa.

Mas em nossas caminhadas pelo estado, visitando as cidades de Santa Catarina, especificamente a cidade de Salete, próxima da cidade de Taió, para citar exemplos práticos, participei de um almoço beneficente, galinha com polenta, com a diretora dra. Isabel Cipriani Heinzen, presidente da associação que administra o hospital, - porque agora se inventou outra coisa, primeiro o hospital era administrado pelos padres ou pelas freiras, agora, em muitos lugares, o prefeito não quer mais administrar os hospitais nem os padres e as freiras, então, entrega-se a administração a uma associação beneficente da cidade, que vai usar o dinheiro que recebe do SUS para administrar o hospital - que falou de uma dívida de R\$ 300 mil, isto é, uma dívida pequena, porque estão falando em dívida de mais de R\$ 1 milhão na Bahia, o mesmo valor também na nossa capital, e esse almoço que participei iria dar um lucro de R\$ 6 mil ou R\$ 7 mil, portanto, a preocupação da diretora era quem iria pagar os R\$ 293 mil restantes, já que todo mês essa dívida vai crescer.

Na cidade de Turvo, o hospital não é mais administrado por freiras nem por padres, é administrado por uma associação beneficente que cobra R\$ 30,00 por família para manter a emergência. Esses são exemplos práticos que mostram que a saúde, de fato, está indo mal e que a sociedade precisa mobilizar-se. E tem mais, a saúde está indo mal em todas as cidades brasileiras, o valor que o SUS paga pelos procedimentos corresponde a 20% ou 25% do que o hospital gasta realmente, o restante do valor que falta para pagar as dívidas o hospital resolve pagando mal os funcionários e não pagando os médicos, fazendo almoços e rifas, juntando dinheiro da comunidade para pagar o valor que o governo deveria honrar.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cumprimento todos que nos acompanham nesta Casa, também os que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital. Nós estivemos há alguns dias e acompanhamos muito de perto o debate realizado no Encontro da Federação Catarinense dos Municípios, e muitos foram os apelos para que os municípios recebam uma fatia maior dos recursos da União.

Eu tenho acompanhado por muitos e muitos anos o trabalho realizado e voltado para os pequenos municípios e sei da realidade que as prefeituras enfrentam nas 295 cidades catarinenses, sendo que 269 municípios têm menos de 50 mil habitantes, e têm na agricultura familiar o principal gerador econômico, e do total da arrecadação nacional, no início da década passada, 62% ficavam com a União, 24% para os estados e 14% para os municípios.

Em 2012 os números eram outros, 60% da arrecadação ficavam para a União, 23% para os estados e 17% para os municípios. Portanto, houve um crescimento dessa arrecadação, com repasse para os municípios de 14% para 17%.

A vida das pessoas acontece no município. Ninguém mora na União, no estado, as pessoas moram lá no município.

Mas nessa guerra por mais recursos do grande bolo que compõe o Orçamento, o bolo de recursos do nosso país, é preciso destacar uma mudança no trato com os prefeitos pelo governo do Partido dos Trabalhadores, com a sua aliança, inclusive com o vice do PMDB. Antigamente os prefeitos eram recebidos pela tropa de choque, pelos cachorros da polícia. E agora, na última década, os prefeitos são recebidos, todos os anos, pela Presidência da República. Primeiramente, pelo ex-presidente Lula e agora pela presidente Dilma Rousseff, mostrando o respeito que há neste país pelo governo, pelos nossos municípios, pelos nossos prefeitos e vice-prefeitos.

Analisando o portal das transparências constitucionais da Fecam, até 14 de abril de 2014 foram repassados aos municípios, pelo governo federal, através do Fundo de Participação dos Municípios, mais de R\$ 963 milhões, um aumento de 14,6%, em comparação ao mesmo período de 2013, quando foram repassados um pouco mais de R\$ 840 milhões. O mesmo crescimento não se vê por parte do governo catarinense. No mesmo período, as transferências constitucionais repassadas pelo governo do estado aos

municípios, através do ICMS, tiveram um aumento de apenas 1,7%. O que não compensou a inflação acumulada do período, que foi de 2,16%.

Além dos repasses constitucionais, o governo federal tem viabilizado a liberação de grandes volumes de recursos para obras, equipamentos e serviços.

Em parceria com os prefeitos e prefeitas, os municípios estão resolvendo um problema crônico, que é a falta de médicos pelo Programa Mais Médicos. Além disso, o governo da presidente Dilma Rousseff tem parcerias importantes nos municípios e trabalha junto para melhorar os serviços públicos, avançando-se muito no atendimento e nas reivindicações dos municípios.

Em 2009, o governo federal atendeu as reivindicações dos municípios e garantiu, apesar da crise internacional, que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios não seria menor do que o repasse do ano anterior. Assim sendo, foi depositado um repasse extra naquele ano de R\$ 2 bilhões. No ano passado, a presidente Dilma Rousseff garantiu o auxílio financeiro de R\$ 3 bilhões sem vinculação orçamentária a todos os municípios do país, sendo de R\$ 58 milhões para Santa Catarina.

Além disso, uma parceria com o governo federal e municípios está renovando o parque de máquinas, garantindo um caminhão caçamba, uma patrula e uma retroescavadeira para cada prefeitura em Santa Catarina; um kit a 269 municípios que auxiliará os prefeitos e prefeitas a manter suas estradas em dia. Todos os 269 municípios catarinenses, com menos de 50 mil habitantes, receberam esses equipamentos, independentemente de cor partidária, de posição nos nossos municípios.

Boas estradas garantem também o conforto e a segurança das crianças que vão para a escola nos ônibus amarelinhos, do Programa Caminho da Escola, boas estradas vicinais permitem um socorro rápido a quem precisa de atendimento médico com as ambulâncias do Samu.

Esses diversos programas, como as creches para os municípios, são grandes programas. Todos os municípios que se cadastraram receberam as creches e habitação popular. É importante que se diga que em 2002 o Brasil investiu R\$ 5 bilhões em habitação popular. Neste último ano, foram investidos R\$ 135 bilhões em habitação popular.

Essas são as grandes diferenças da ajuda aos municípios para construir o programa de habitação popular nos bairros, o programa de saneamento básico que tem repassado recursos extraordinários aos municípios catarinenses, como, por exemplo, em Florianópolis; em Abelardo Luz, que vai fazer todos os seus saneamentos básicos com recursos federais; em Coronel Freitas, que agora está fazendo todo o seu saneamento. Antes, Santa Catarina estava na situação ingrata de ser um dos estados com o menor índice de saneamento, e agora, em torno de 10% a 12%, o esgoto foi tratado em nosso estado.

É isso que nós queremos destacar, ou seja, os avanços que os municípios tiveram nos últimos anos. Agora, o que nós estranhamos é que não se fala nada de Santa Catarina. Eu quero ver ainda os prefeitos de Santa Catarina fazer uma marcha para a capital do estado.

Deputado Sargento Amauri Soares, aqui está sendo municipalizado tudo, estão sendo repassados todos os serviços para os municípios. A educação está sendo empurrada goela abaixo aos municípios; a questão ambiental está sendo encaminhada pela Fatma, para os municípios fazerem o serviço e os municípios que não fizeram convênio com a Epagri, sairá dos municípios. Então, o município tem que assumir a Epagri.

A segurança pública está sendo repassada aos municípios. Com relação à questão dos bombeiros, os municípios estão assumindo grande parte. Além disso, o serviço à saúde, que seria do estado, os municípios estão arcando, custeando muito as cirurgias, pois as pessoas não conseguem pagar. Enfim, quando as pessoas não conseguem pagar a cirurgia, os municípios acabam arcando com o gasto, senão que este é um papel também do estado.

Assim sendo, entendemos que é fundamental reconhecer as conquistas importantes que estamos tendo nos municípios. Eu sempre me lembro da fala de vários prefeitos, antes do presidente Lula, inclusive o ex-prefeito Celso Maldaner falava isso muitas vezes, que recebeu, em quatro anos, uma emenda parlamentar. E agora são inúmeras emendas parlamentares que cada deputado entrega para cada município nesse período.

Então, é isso que nós queremos refletir. Nós não somos contra a luta. É importante que a Fecam continue fazendo o seu papel lutando pelos seus municípios. Agora, é preciso reconhecer os grandes avanços que nós tivemos nos últimos anos.

O que nós queremos é que a Fecam também discuta os problemas de Santa Catarina, pois não está aumentando o repasse de ICMS aos municípios, os dados aqui comprovam, é preciso avançar, e o estado também precisa não repassar todos os serviços aos nossos municípios.

Este para mim é um dos grandes gargalos que Santa Catarina e os municípios enfrentam, assumindo o papel do nosso estado lá nos municípios.

Então, era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham nesta manhã de terça-feira neste Parlamento, pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, eu não tive a oportunidade de fazer, na semana passada, a homenagem aqui ao delegado Renato Hendges, conhecido como Renatão, que faleceu na última quarta-feira. Inclusive, em virtude do seu falecimento e velório na última quarta-feira, a sessão que deveria ocorrer à tarde não pode começar por ausência de quórum. Eu mesmo estive lá ao meio-dia e encontrei diversos outros colegas deputados chegando ao velório do delegado Renatão. E a homenagem que faria na quarta-feira não consegui fazer e, portanto, quero fazê-la agora.

Com certeza, o delegado Renatão foi o ícone da Segurança Pública no estado de Santa Catarina, um policial civil bastante respeitado por todos os seus pares policiais civis e respaldado no conjunto da segurança pública catarinense.

Portanto, merecem a nossa homenagem e a nossa solidariedade todos os familiares e todos os policiais civis do estado de Santa Catarina.

É evidente que, ao longo dos últimos anos, conversamos bastante e por vezes no debate de política de segurança pública e especificamente de política salarial para os

servidores da segurança pública nós tivemos opiniões divergentes em algumas oportunidades. Mas, no geral, no debate da segurança pública, com certeza sempre mereceu o nosso respeito e a consideração de todos os policiais do estado de Santa Catarina.

Fica aqui, portanto, também a nossa homenagem ao delegado Renatão, aos seus familiares e aos policiais civis que trabalharam com ele ou, mesmo não tendo trabalhado, que conheciam e respeitavam a sua postura profissional e o seu empenho em defesa da segurança pública catarinense.

Também preciso comentar, e não teria como passar essa primeira sessão sem fazer esse comentário, acerca do trabalho realizado pela Polícia Militar na intermediação do confronto entre segmentos da sociedade no norte da ilha no último feriado. O retorno de integrantes da Ocupação Amarildo para um terreno no Rio Vermelho levou ao conflito com aquilo que se tem chamado de setores da comunidade do Rio Vermelho.

Acho que precisa ser avaliado, inclusive, quem eram efetivamente esses integrantes da comunidade do Rio Vermelho, porque existem interesses econômicos bastante importantes naquela região e pode ter havido uma mobilização que não foi tão espontânea como se tenta publicar. Uma mobilização da comunidade do Rio Vermelho pode não ter sido tão espontânea como se tem dado notícia nas últimas horas aqui no estado, e, repito, em virtude, inclusive, dos múltiplos e diversos interesses econômicos bastante poderosos sobre as terras daquela região.

É curioso registrar que aquela terra pertencia a um traficante chamado Paulinho da Matriz e foi expropriada pelo governo federal justamente por ser terra que provavelmente o traficante adquiriu. E se adquiriu legalmente, adquiriu com recursos do crime.

Mas a observação para reflexão de todos aqueles que estão conseguindo refletir ainda a respeito disso, é que não vemos geralmente manifestação de repúdio à ocupação e à vizinhança de traficantes. E houve com relação aos pobres que estavam lá naquela área que era de um traficante e que hoje é terra da união.

Mas, enfim, tomei a iniciativa de falar sobre isso para parabenizar a postura da Polícia Militar, que, se não fosse a sua postura, teria acontecido uma tragédia naquela região entre o dia da Páscoa e ontem.

Então, é preciso registrar isso, dos contatos que fizemos e dessa intervenção. E essa precisa ser, e tem sido, a atitude da Polícia Militar aqui no estado de Santa Catarina...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero dizer, primeiramente, do depoimento do deputado Serafim Venzon, que, mais uma vez, relatou a situação drástica por que passam os hospitais do país pela falta de reajuste da tabela do SUS. E que praticamente leva principalmente os hospitais filantrópicos para um endividamento sem precedente, causando dificuldade para pessoas muitas vezes imbuídas do melhor espírito voluntário.

Aqui em Santa Catarina o voluntariado, a disposição da sociedade em

tentar resolver problemas, é uma marca da nossa cultura. As pessoas acabam criando entidade, entrando em instituições para administrar hospitais filantrópicos que em Santa Catarina são em número de 182 e acabam tendo dificuldades, e às vezes até de cunho pessoal mais tarde, pelo endividamento com que essas instituições estão sendo condenadas pela falta de reajuste da tabela do SUS. São quase 20 anos sem reajuste.

A sociedade mobilizou-se no ano passado, coletou mais de dois milhões de assinaturas em todo o Brasil, e aqui em Santa Catarina foram quase 180 mil assinaturas coletadas, e foi entregue na Câmara Federal um projeto de lei de iniciativa popular cujo objetivo é fazer com que 10% das receitas correntes brutas do Orçamento federal sejam aplicadas na saúde pública, e aí possibilite ao ministério da Saúde reajustar a tabela do SUS.

O discurso do deputado Serafim Venzon deixou muito claro: se reajustarem a tabela do SUS em dez vezes os valores atuais, todos os hospitais tornam-se superavitários e vamos conseguir melhorar a qualidade do atendimento para as pessoas, e próximo onde essas pessoas moram. Caso contrário, vai acontecer o que está acontecendo hoje: o paciente é obrigado, mesmo adoentado, a embarcar numa Van com dez ou 15 pessoas e dirigir-se para um grande centro, seja ele Chapecó, Florianópolis ou Joinville, na busca de hospitais públicos que custam cinco ou dez vezes mais do que o custo dos hospitais filantrópicos e comunitários de Santa Catarina.

Então, quero cumprimentar o deputado Serafim Venzon por esse depoimento e dizer também da minha alegria de ter participado, na última quinta-feira, na cidade de Sombrio, da inauguração, junto à Apae daquela cidade e demais Apaes das cidades vizinhas, de uma sala que recebeu equipamentos de *pediasuit* da Federação Estadual das Apaes.

E quero aqui, através do Julio César Aguiar, que preside a Federação das Apaes, parabenizar toda a diretoria da federação e as Apaes de Santa Catarina pelo excelente trabalho. É um equipamento que permite que a pessoa com problemas neurológicos, que impedem os seus movimentos, possa se exercitar e receber um tratamento fisioterapeuta, deputado Antônio Aguiar, de alta qualidade.

Há três anos havia somente um equipamento desses em Santa Catarina, em Blumenau, e na rede privada isso custa R\$ 10 mil para um tratamento de 40 dias. Agora, graças a uma parceria firmada entre a Federação das Apaes, a Celesc e o governo do estado, mais de 22 equipamentos estão sendo disponibilizados de maneira regional em toda Santa Catarina, levando mais qualidade de vida para aquelas famílias e para as pessoas que por algum problema precisam desse atendimento.

É muito bom ver as coisas caminhando para frente, e nessa última quinta-feira, lá em Sombrio, tivemos a oportunidade, junto com outras autoridades, de participar da entrega desses equipamentos, da inauguração de uma sala e de ver *in loco* a alegria dos familiares e das pessoas que precisam utilizar aquilo.

Muitos já estão recuperando os seus movimentos com esse tratamento. É um equipamento que foi desenvolvido pela Nasa e há muita tecnologia envolvida, mas vai estar disponibilizado de maneira gratuita para todos. Cerca de dez cidades estarão utilizando este equipamento na Apae de Sombrio. Por isso, parabenizo o Julio e todos os funcionários da Apae daquela cidade que, com o nosso apoio e

do governo do estado, conquistaram recursos para inaugurar esta sala que beneficiará muitas pessoas.

Gostaria de falar também sobre um projeto de lei de nossa autoria, que está tramitando na comissão de Constituição e Justiça, que tem como objetivo criar um cadastro em Santa Catarina de todas as pessoas portadoras de Síndrome de Down.

Hoje nós sabemos, através de dados da ONU, que, de cada 600 bebês, um nasce com a Síndrome de Down, que é uma alteração, um cromossomo a mais. Mas, o que vem acontecendo é que por falta de conhecimento as pessoas estão deixando de receber tratamento das associações que existem pelo estado, das Apaes, do Sistema Único de Saúde, do sistema de educação, e isso tem prejudicado em muito a evolução e a qualidade de vida do portador dessa síndrome.

Se o nosso objetivo é proporcionar a inclusão, temos que preparar, desde a hora em que nasce essa pessoa, para que ela receba um atendimento adequado da sociedade, para que ela se torne no futuro um jovem e um adulto incluso na sociedade, exercendo plena cidadania, é isso que nós queremos. Mas hoje, sem informações, dificulta ao próprio governo criar políticas públicas voltadas para isso.

Por isso, temos um projeto aqui nesta Casa, e eu quero fazer um apelo à comissão de Constituição e Justiça para que o aprove com a maior brevidade possível, assim possamos criar um cadastro e, a partir daí, desenvolvermos políticas públicas que beneficiem as pessoas com Síndrome de Down em Santa Catarina, melhorando a qualidade de vida.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Parabenizo v.exa. pelo excelente projeto e gostaria de dizer, a respeito da tabela do SUS, que realmente é uma vergonha esperar mais de 20 anos pelo reajuste. Portanto, estamos esperando verba do governo federal para melhorar a saúde dos catarinenses.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

V.exa., que é médico, conhece bem essa realidade e é um fato. Não precisa nem ser da área da Saúde para saber que um produto que há 20 anos está no mesmo preço dá prejuízo, e quem está pagando isso é a sociedade, através de contribuições, de bingos e uma série de ações para suprir algo que está na Constituição, no art. 196, que diz que a Saúde é um direito de todos e dever do poder público, do estado, união, e dos municípios.

Por isso, é uma cruzada a qual todos nós devemos nos somar para resolver esta situação do nosso país, que é um país maravilhoso para se viver, mas que precisa ter uma preocupação mais efetiva, deputado Padre Pedro Baldissera, com a Saúde, principalmente das pessoas mais necessitadas.

Agradeço a oportunidade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Venho aqui, aproveitando este momento de reflexão, deputada Dirce

Heiderscheidt, um momento de passagem, um momento em que o Brasil parou por conta de um feriado nacional, a Sexta-Feira Santa, e também comemorou, no último domingo, a Páscoa. E venho trazer uma discussão que ocorreu na semana passada. Na verdade, começamos a avaliar, deputado Padre Pedro Baldissera, eu não sei se posso chamar assim, a nova geração, mas é interessante.

Eu entrei com um projeto de lei, deputado Antônio Aguiar, aqui nesta Casa, querendo que as escolas públicas tenham a oportunidade de distribuir para os alunos um exemplar da Bíblia, diversos, de todas as religiões. Nós temos a Bíblia Católica, a Bíblia dos Evangélicos, o Alcorão e a Torá.

Mas foi impressionante, deputado Padre Pedro Baldissera, a repercussão que houve em relação a esse nosso projeto de lei, principalmente das redes sociais, vindo da alegação de que o estado é laico, que não se pode falar de Bíblia nas escolas, que não se pode falar de religião nas escolas, e me pareceu, nas entrevistas que eu dei e pela forma como fui questionado, que há uma proibição de se falar em Deus nas escolas.

Parece algo ultrapassado falar em Deus. Falar de liberação da maconha é atual, falar de aborto é atual, falar de descriminalização da droga é atual, falar de casamentos e relações homoafetivas é atual, mas falar de Deus, falar de Bíblia é completamente fora e alegam o estado laico.

Engraçado, a gente vive num estado laico, mas todo mundo parou na Sexta-Feira Santa, porque é um feriado religioso. Então, é a mesma situação, é um estado laico, mas nós temos aqui neste plenário da Casa de Leis o Crucifixo, e ali, naquele cantinho, por força do Regimento Interno, a Bíblia.

Impressionante, parece que falar em Deus está fora. Podemos falar de qualquer coisa, menos de Deus.

Eu recebi um telefonema de uma senhora de Criciúma, por conta de que lá repercutiu também esta questão no nosso projeto de lei. E ela me contou, deputado Sargento Amauri Soares, a própria experiência. O filho dela está na cadeia de Criciúma, no Presídio Santa Augusta. E ela disse: meu filho era um rapaz da pá virada.

Ela disse que foi visitá-lo na cadeia um dia desses e ele estava lendo a Bíblia, porque, lá no Presídio Santa Augusta, em todas as celas, tem um exemplar da Bíblia. E ele falou: mãe, se eu tivesse lido isso na escola, talvez não estivesse aqui.

Então, falar de religião nas escolas é ruim? Estou falando de crianças de seis a doze anos. Mas querem falar da sexualidade, querem falar de gênero. O governo federal preparou o que chamaram de kit gay para falar com crianças de seis a doze anos sobre relações homoafetivas.

Querem distribuir para essas crianças, deputado Antônio Aguiar, a camisinha, o preservativo. Estão tratando de fazer a vacina de HPV nessas crianças. E aí falar de Deus não pode?!

Falar de Deus é proibido? Em que sociedade a gente vive? Qual é a modernidade desta sociedade. Uma sociedade cada vez mais plugada, cada vez mais conectada, cada vez mais falando com o mundo e não tendo mais o olho no olho. Impressionante!

Que tipo de crianças nós estamos formando para o mundo futuro? Andróides? Pessoas que vale o que eu faço e acabou?

A Igreja Católica está fazendo uma campanha para trazer mais jovens para a igreja porque os nossos jovens já estão vivendo,

deputado Padre Pedro Baldissera, uma geração em que a igreja, a fé, a religião, nada mais influencia. No mundo em que eles vivem só atrapalha a vida deles.

E que tipo de crianças, no futuro, nós vamos estar criando, quando querem proibir de falar de qualquer coisa de religião, de fé, de Deus nas escolas para crianças de seis a 12 anos.

Isso me preocupa, deputada Dirce Heiderscheidt, pela reação que houve. Vejo que existem dois mundos: o mundo virtual das redes sociais e o mundo real das pessoas que andam nas ruas. E nosso projeto foi duramente criticado! E nas ruas as pessoas disseram: alguém levantou um assunto que realmente precisamos fazer.

Na Alemanha, deputada Dirce Heiderscheidt, existe ensino religioso. A pessoa que não tem nenhuma religião, que é ateu ou ateia, não precisa fazer aula de religião, mas é obrigada a fazer aula de ética. Aí eu fiz esta relação: quando falamos de religião, estamos falando de amor ao próximo. Não estou falando de denominação! Mas aí falam que não se pode falar de política nas escolas. Pode, sim. Não se pode falar de partido, não se pode falar de denominações nas escolas, mas de religião, de Deus, tem que se falar!

O que me traz aqui? É que nas ruas as pessoas dizem: alguém está falando algo que pode ser a diferença quando se fala da geração futura, a que está vindo aí. Nos Estados Unidos começou assim. Lá foi imigrado por cristãos e em todas as escolas públicas tinham um exemplar da Bíblia, havia ensino religioso, e aí veio a nova era e tiraram as Bíblias das escolas, Deus das escolas. O que ouvimos hoje nos Estados Unidos? Que na escola tal houve suicídio, tragédia, alguém matando alunos, por quê? Isso influencia!

Acho que isso vai ser uma boa discussão: que tipo de geração se está preparando? Que tipo de cidadãos as nossas escolas estão preparando? Eu, quando pequeno, e sou evangélico, estudava numa escola marista em Criciúma. Todos os dias antes de começar a aula ficávamos de pé ao lado da carteira e rezávamos a oração Santo Anjo: Santo Anjo do Senhor, meu zeloso guardador, se a ti me confiou a piedade divina, sempre me rege, guarde, governe, ilumine. Amém.

Sempre fiz isso, que mal me trouxe? Que mal existe falar de Deus nas escolas? Diga-me um mal? Que mal existe falar em Deus nas escolas, deputado Padre Pedro Baldissera? Podemos falar de tudo, menos de Deus?! Será que teremos que seguir a cópia do que aconteceu nos Estados Unidos que tiraram Deus das escolas e agora o que se ouve são tragédias! Não adianta, não adianta. Talvez, pela minha fé pública é que vem esse tipo de preconceito ao projeto de lei que faz uma observação sem exceção nenhuma das denominações. Hoje, parece-me, deputado Antonio Aguiar, que quando se fala de Deus, de Cristo, parece que há uma fobia.

Então, diria que estamos vivendo tempos de homofobia pelo que vi nas redes sociais, que é diferente do mundo real, deputado Padre Pedro Baldissera, podemos dizer que estamos vivendo a "crisofobia", ou seja, ninguém pode falar o nome de Cristo. Num país que se diz laico, mas que temos Páscoa, Natal, Corpus Christi, e outros feriados religiosos quando todo mundo comemora, todo mundo para, mesmos os ateus. Que tipo de estado laico? Laico é quando não se pode dizer qual o caminho. Agora, devemos falar de todos sim.

Por isso, deputado Padre Pedro Baldissera, aproveito este momento, depois de um feriado de reflexão, de Páscoa quando o mundo comemora a passagem de Cristo para trazer a este plenário a discussão: que mal tem falar de Deus nas escolas públicas do estado de Santa Catarina?

Muito obrigado, sr. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Conforme acordo de líderes, parte da matéria da Ordem do Dia será apreciada no período da tarde.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de dar boas-vindas ao prefeito de Canoinhas, Luiz Alberto Rincoski Faria, ao secretário do Desenvolvimento Regional, sr. Ricardo Pereira Martin, ao presidente da Fesport, o Vadinho, à coordenadora da terceira idade, sra. Ângela.

Quero dizer-lhes que nós, da Assembleia Legislativa, sentimos-nos honrados com a presença de representantes de Canoinhas.

Neste momento, gostaria de convidar todos os catarinenses para 7ª Edição de Jogos Abertos da Terceira Idade do estado de Santa Catarina. Esse evento representa um ícone para a nossa cidade. Estamos entusiasmados, com muita alegria em receber a comunidade catarinense em nossa cidade de Canoinhas, entre os dias 12 a 17 de maio vindouro.

Era isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro do autor deste requerimento.

Temos sobre a mesa um ofício assinado pelo deputado Antônio Aguiar solicitando a suspensão da sessão por dez minutos para a manifestação do prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria, do município de Canoinhas, do secretário do Desenvolvimento Regional, do sr. Ricardo Pereira Martin e da rainha da Terceira Idade de Canoinhas, sra. Verônica Ferreira.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência, em nome do proponente, agradece as manifestações feitas pelo prefeito de Canoinhas, Beto Farias; e também as presenças do secretário regional, Umberto Martins; do presidente da Fesporte, o Vadinho; e da secretaria da Assistência Social de Canoinhas. Como é boa essa manifestação dentro do Parlamento! Sempre serão bem-vindas as manifestações nesta Casa de interesse municipal, regional e estadual, como esta, do VII Jogos Abertos da Terceira Idade.

Parabéns ao deputado Antônio Aguiar e também ao município que acolherá todas as delegações dos outros municípios que participarão do evento.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à tarde, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesla - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados. Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar o eminente deputado Joares Ponticelli, os demais deputados e as sras. deputadas.

Falamos na parte da manhã sobre o importante evento que acontecerá entre os dias 12 e 17 de maio na cidade de Canoinhas, inclusive esteve aqui o prefeito Alberto Farias, o secretário Ricardo Pereira Martins e o presidente da Fesporte para tratar deste assunto, dos Jogos Abertos da Terceira Idade, que empolga Santa Catarina neste início de maio tendo em vista a classificação de dois mil atletas para comparecerem em Canoinhas na 7ª edição dos Jogos Abertos da Terceira Idade, de acordo com o Projeto de Lei n. 0486/2005, de 21 de novembro e Lei Estadual n. 13.846/2006, sancionada pelo governador em exercício Eduardo Pinho Moreira.

O ano de 2007 foi de estruturação do formato e programação do evento pela Fesporte. Em Chapecó, no ano de 2008, participaram 165 municípios, com 56% o índice de competidores. Hoje, temos em Canoinhas 222 municípios, com 75% de participação.

Esse evento ocorreu também em 2009, na cidade de Gravatal, em 2010, no município de Barra Velha; em 2011, no município de Timbó; em 2012, no município de Piratuba; em 2013, no município de Itá; e agora, em 2014, será realizado no município de Canoinhas.

Mais de dois mil atletas estarão presentes este ano, será a maior edição do evento até então. As modalidades para a competição serão: canastra, bocha, bolão, truco, dominó, dança de salão e dança coreografada.

Serão investidos R\$ 200 mil em novas canchas de bocha e a estimativa do impacto econômico será na ordem de R\$ 1,5 milhão. As atrações e programações seguirão a seguinte ordem: no dia 12 de maio, haverá o

Congresso Técnico; no dia 13 de maio, a chegada das delegações ao Ginásio de Esportes Sagrado Coração de Jesus e também o início das competições.

Vamos fazer neste momento alguns agradecimentos ao governo do estado, ao governador Raimundo Colombo, à secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ao seu presidente, à TVAL, à Rádio Alesc Digital, aos parceiros e empresários locais, um agradecimento especial a Fundação Catarinense de Esporte, na pessoa do seu presidente, Erivaldo Nunes Caetano Júnior, o Vadinho; ao Conselho Estadual de Esporte, ao seu presidente Alexandre; também ao Tribunal de Justiça Desportiva, ao seu presidente sr. Aldo Abrahão Massih Júnior e à coordenadora Lilian Fátima Pinto e João Cascaes.

Temos a satisfação de dizer que os Jogos Abertos da Terceira Idade do estado de Santa Catarina, em Canoinhas, vão oferecer entretenimentos e alegria aos idosos, já demonstrados através de gestos, danças, jogos de canastra, baralho, bolão e outros.

Iremos mostrar no vídeo que será exibido a seguir, essa importante competição que fizemos para o estado de Santa Catarina.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Gostaríamos, neste momento, de fazer uma homenagem póstuma a Rubens Fachini, que representa o esporte catarinense, que nos deixou por ter sido vítima de acidente automobilístico.

Então, faço aqui a homenagem a esse importante cidadão catarinense para que nós, catarinenses, tenhamos o mesmo brilhantismo que teve Rubens Fachini durante a sua gestão no esporte do estado de Santa Catarina.

As nossas condolências à família Fachini. Justamente neste final de semana perdemos um grande radialista e esportista.

Temos certeza de que Rubens Fachini permanece no esporte de Santa Catarina, assim como também permanece o radialista e narrador esportivo que gritava o seu gol importante na TV Bandeirantes. Ele foi mais um esportista que também nos deixou neste final de semana, e assim Santa Catarina e o Brasil, na área do esporte, perderam dois grandes esportistas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sr. deputado, esta Presidência admite o desconhecimento - e até porque eu estava neste feriado também recolhido com a minha família no interior do município de Pouso Redondo, deputada Ada De Luca, naquele tempo em que precisamos, às vezes, dar uma respirada, desligar o celular e ficar um pouco em reflexão com a família e com o próprio espírito - do trágico desaparecimento do grande desportista Rubens Fachini.

Eu agradeço, em nome deste Poder, a v.exa. por trazer essa informação e prestar essa homenagem. Com a permissão de v.exa. e com a aquiescência de todos os deputados, transformo essa sua homenagem numa homenagem do Poder Legislativo catarinense à família do grande desportista Rubens Fachini.

Deputada Ada Faraco De Luca, deputado Moacir Sopesla e deputado Ismael dos Santos, eu não tive o privilégio de conhecer Arthur Schlösser, mas graças à nossa Rádio Alesc Digital e à nossa equipe de comunicação, eu tive a oportunidade de conhecer Rubens Fachini, um dos grandes desportistas deste estado, um homem apaixonado pelo esporte. Ele, em que pese a sua alta idade, continuava apaixonado, portanto, de espírito jovem, dedicado, defensor e amante do desporto.

Eu quero, deputado Antônio Aguiar, com a permissão de v.exa., transformar essa sua homenagem na homenagem do Parlamento Catarinense a um dos maiores desportistas dos tempos atuais, o nosso já saudoso Rubens Fachini, que desapareceu tragicamente na famigerada BR-470, que neste final de semana, mais uma vez, fez mais uma vítima. E os meus familiares do alto vale relataram-me que chegaram a levar quase dez horas para se deslocar de Florianópolis até a cidade de Pouso Redondo. É inadmissível isso! Está impossível andar na BR-470! E fico muito triste em saber que aquela rodovia tocou a vida desse grande esportista Rubens Fachini.

Desejamos a todos os familiares, em nome dos 40 deputados que compõem esta Casa, os nossos profundos sentimentos pela passagem desse grande desportista.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ada Faraco De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, faço das suas palavras também as minhas palavras, em função dessa perda irreparável para o esporte catarinense.

Mas quero parabenizar o nobre deputado pelo seu projeto da terceira idade, porque é uma dádiva e um presente de Deus, hoje, com as desgraças - e agora acabamos de saber de mais uma -, as doenças e as tragédias, chegamos a terceira idade.

Nós precisamos, sim, valorizar cada vez mais o nosso idoso, porque para lá todos nós pretendemos ir, porque quem não pretender ser idoso não chegou lá. Se não chegou lá é porque se foi.

Então, nós temos que valorizar, e não só no lazer, deputado. Também fazer como nos países europeus, onde todos aproveitam a mão de obra do idoso que quer trabalhar, e nós, aqui no Brasil, ainda consideramos que o idoso deve ficar em casa fazendo crochê e tricô.

Meus parabéns e devemos abraçar essa causa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ada Faraco De Luca.

Com a palavra, o sr. deputado Moacir Sopesla.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Joares Ponticelli, srs. deputados, sra. Deputada.

Também quero cumprimentar o deputado Antônio Aguiar pelo projeto. Mas também quero cumprimentar por trazer aqui esta justa homenagem que se faz aqui a um grande desportista que nos deixa.

Quando se fala de Jogos Abertos, deputado Joares Ponticelli, não há no Brasil, um estado que tenha tão forte presença no esporte amador. E nós temos o privilégio de ter tido pessoas como essas, que levaram adiante, e continuam levando adiante esse esporte.

Eu também quero aproveitar para cumprimentar o nosso vice-prefeito de Seara, Henrique Fabrin, que também foi nosso prefeito, e está aqui na Assembleia. Desejamos que tenha êxito nos seus pleitos e que continue defendendo o município de Seara, como sempre fez.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência registra também com muita alegria a presença do prefeito. Seja muito bem-vindo a nossa sessão plenária na tarde desta terça-feira.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Presidente, se o deputado Antônio Aguiar permitir, gostaria também de anexar ao seu discurso os nossos sentimentos à família de Rubens Fachini, mesmo porque a sua história, a biografia de Rubens, se confunde com a história dos Jogos Abertos em Santa Catarina. Era um dos seus mentores, um dos seus incentivadores, e é lamentável, bem colocado aqui, presidente, que a BR-470 tenha feito mais uma vítima.

E quero lamentar, mais do que isso, pois infelizmente as obras da BR-470 continuam em passo de tartaruga. Aliás, passo de tartaruga é um elogio, porque está praticamente parada. E nós precisamos, como Parlamento, fazer pressão pela duplicação, pelo menos desses 74km de Navegantes a Indaial.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Presidente, para concluir a minha palavra, eu estava falando do radialista Luciano do Valle, que também veio a falecer neste final de semana. Era um esportista nato, do Brasil, um locutor que fazia do esporte alguma coisa diferente. Ele criou o Rui do Chapéu, o Jogo de Sinuca, o Show do Esporte, que preenchia a nossa vida aos domingos, principalmente no interior, naquela época.

Acredito que a vibração de Luciano do Valle nenhum radialista conseguiu no Brasil. Ele realmente tocava o nosso coração com o seu entusiasmo pelo esporte. E a importante entrevista dele, em que fala que nós temos que fazer com que a torcida jogue junto com a Seleção Brasileira, tocou-me profundamente.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados.

Estava ouvindo atentamente, realmente lamento a perda de Rubens Fachini,

um grande amigo, um incentivador do esporte no estado de Santa Catarina, uma belíssima pessoa, foi uma perda para todos os catarinenses.

Mas refletindo sobre a colocação do deputado Ismael dos Santos, eu aproveito a oportunidade para convidá-lo, pois na próxima sexta-feira, dia 25 de abril, às 10h30, temos uma reunião com o novo coordenador do DNIT para cobrar agilidade na duplicação da BR-470. Também, sr. presidente e srs. deputados, cobrar do governador Raimundo Colombo o realocamento do gás, que se faz presente nas margens daquela rodovia, que se não for resolvido também não vai haver a duplicação.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Agora, sim, respeitando a ordem de inscrição, concedo a palavra ao meu sempre líder deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero aqui também me associar às manifestações a respeito deste ilustre desportista Rubens Fachini, de quem fui amigo.

Ele, várias vezes, foi a São Bento do Sul, inclusive nos Jogos Abertos de 1996, oportunidade que o conheci. Era uma pessoa extraordinária, um grande desportista e um grande torcedor rubro-negro, amigo do atleta e jogador de futebol, Zico, com quem estive em várias oportunidades trocando ideias sobre o desporto de Santa Catarina e brasileiro.

Sr. presidente, o que me traz também a esta tribuna são dois eventos. O primeiro deles, que vai acontecer na próxima quinta-feira, em São Bento do Sul, onde será lançada a pedra fundamental da implantação, deputada Ana Paula Lima, do Instituto Federal da Educação.

Quero registrar isso como reconhecimento da nossa população de São Bento do Sul, de Campo Alegre, de Rio Negrinho, do planalto norte, e fazer também aqui o reconhecimento, à época, nosso deputado estadual, hoje, deputado federal Pedro Uczai, que foi um dos deputados que atendeu à nossa solicitação.

Em nosso caso, que é uma cidade industrial, que tem um potencial muito grande na geração de mão de obra, mas que hoje depende muito da qualificação e, por conta disso, solicitamos, na ocasião, ao deputado, que interviesse junto ao governo federal, aos ministérios, aos ministros para que São Bento do Sul fosse contemplado com este Instituto Federal da Educação. Para nossa felicidade, depois do empenho de várias lideranças, repito, em especial, do deputado Pedro Uczai.

Então, na sexta-feira, acontecerá, definitivamente, o lançamento da pedra fundamental desse instituto que vai evidentemente agregar a médio e longo prazo valor da mão de obra, mas, acima de tudo, agregar conhecimento que é o que faz a diferença em todas as atividades, em especial, na atividade industrial por conta da necessidade do avanço tecnológico, das inovações que vêm acontecendo. Portanto, se não tiver mão de obra qualificada é evidente que não se pode esperar aumentar ou melhorar a produtividade.

Então, estaremos lá participando desse evento com certeza reconhecendo todas as lideranças e, acima de tudo, o governo que tomou essa decisão para que Santa Catarina e nós, do município de São Bento do Sul, fôssemos contemplados com essa escola, que vai agregar, sem dúvida, à nossa região.

Não diferente também, está se finalizando a construção do prédio pelo governo do estado de Santa Catarina, de uma escola

profissionalizante no município de São Bento do Sul e que vai atender nada menos que 1200 alunos.

É também importante porque vai atender não apenas São Bento do Sul, mas o planalto norte catarinense. Sem dúvida irá contemplar o grande projeto que existe na comunidade, o parque tecnológico, que tem a participação do estado, do governo federal, da Fapescc e de outras entidades que estão alocando recursos em projetos de inovação para a nossa região.

Há também a escola profissionalizante, que está sendo finalizada e em breve será entregue, uma obra de R\$ 6 milhões, um valor significativo. Mais importante que o valor da obra física de uma escola profissionalizante é o conhecimento que traz para os jovens. Elas criam mais oportunidades de trabalho para os jovens do que os cursos de ensino superior.

Então, gostaria que o governo federal revisse suas propostas e programas educacionais. O Brasil, hoje, passa na sua economia por um momento bastante crítico. E tenho feito minhas observações, não concordando com a direção das políticas macroeconômicas que o governo tem implantado. Mas ainda a tempo de rever muita coisa.

Não é segredo para ninguém que a educação tem feito a diferença em vários países do planeta, a exemplo da Coreia do Sul, da Índia e outros. O Brasil precisa rever a política de investimentos na educação, na criação, no jovem, no professor, na estrutura, no aperfeiçoamento e tal. Mas o Brasil investe mais dinheiro, hoje, no ensino superior do que no ensino médio e fundamental. É indispensável que o governo brasileiro reveja essa política.

Primeiramente, precisamos dar oportunidade à qualificação do ensino fundamental e médio. É bem verdade que houve muito acesso ao ensino fundamental e médio, mas é preciso fazer com que haja mais qualidade tanto no ensino técnico quanto no superior. Hoje, infelizmente, o ensino superior tem levado mais recursos do que o próprio ensino básico. É necessário que os recursos sejam bem aplicados.

Ao mesmo tempo, que para nossa região vai ser um grande ganho a médio e a longo prazo esses investimentos, tanto no Instituto Federal de Educação quanto na escola profissionalizante, que em breve a comunidade São Bento do Sul vai receber do governo do estado e futuramente também do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, gostaria de saudar o delegado Ricardo Thomé e Mauro Dutra, da Associação dos Delegados de Polícia, que estão aqui na Casa. É uma satisfação recebê-los!

E recebo das mãos dos delegados um pedido para que a Deic - Diretoria Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil -, onde também fica a delegacia Antissequestro, receba uma lei, denominando-a, Renato José Hendges. Entendo que é uma homenagem merecida, já era o nosso propósito encaminhar um projeto de lei denominando a Deic ou a Acadepol, uma homenagem a ele. A Deic é onde o delegado Renato passou a sua vida, fez grande parte da sua carreira, notabilizou-se pela solução de todos os casos de sequestro nos últimos 20 anos. O delegado Renato teve

missões e para mim ele foi um cumpridor dessas missões. Ele, na área da Segurança Pública conseguiu resolver, solucionar com êxito todas as missões que lhe foram atribuídas e também como presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina teve uma luta muito grande pela carreira jurídica e pela implantação do subsídio para os delegados.

Então, essa homenagem é justa, parece que Deus reservou ao Renato cumprir essas missões, porque ele lutou muito, conseguiu esses objetivos e parecia que estava até tranquilo de saúde, mas após uma semana da conquista desses objetivos veio a falecer decorrente de um câncer. Perdemos o grande amigo, Renato José Hendges.

Então, esse projeto de lei visa denominar a Deic de Renato José Hendges, pela sua história, pela sua caminhada, é uma homenagem justa, uma proposição da Associação dos Delegados de Polícia de todos os policiais e da Assembleia.

O delegado Renato recebeu todas as honrarias que poderia receber em vida, como as homenagens da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e de todos os Poderes.

Registro, também, a presença do meu amigo e jornalista, Fernando Damásio, a quem quero saudar com respeito e admiração.

Hoje aqui foi falado do Luciano do Valle, do Rubens Fachini, e apenas espero que não exista nenhuma solenidade política para a duplicação da BR-470, que autorizem a obra e comecem logo, porque ali o Rubens Fachini perdeu a vida numa ultrapassagem, pelo que vi, forçada por outro motorista, e ele virou vítima da imprudência! Mas, a referida estrada já ceifou tantas vidas e Santa Catarina continua com atos para assinar. E a presidente que não venha aqui a não ser para assinar essa obra, porque já há máquinas trabalhando, mas a enrolação em relação à BR-470 ainda é grande.

A referida BR ainda nem começou e já estavam discutindo a ferrovia que cortaria o estado de Santa Catarina. É disso que o povo está cansado, e está demonstrando isso, pois agora parece que a desculpa é porque tem a canalização de gás. Vamos parar de brincadeira. A canalização de gás sempre teve, não colocaram agora ali na BR-470, se tem que tirar, que tirem; se tem que adaptar, que adaptem, mas, fazer mais atos? Não vamos reunir políticos, o povo já cansou e não vai lá para ver ato de duplicação da BR-470, pois pelo tempo dos atos realizados já dava para ter feito uns bons quilômetros da rodovia.

O povo está cansado e quero homenagear, com preocupação e de forma respeitosa, a população dos Ingleses, porque quando não se tem uma solução da Justiça, quando se está cansado de esperar, quando se vê pessoas querendo endeusar outras que não querem trabalhar - porque o Brasil está trazendo haitianos, cubanos e de tudo para trabalhar aqui - como os participantes da Ocupação Amarildo, que dizem querer terra para trabalhar.

O Brasil está buscando trabalhadores para a construção civil, para tudo que é atividade em outros países e aí vêm os participantes da Ocupação Amarildo e querem invadir para criar fato político? Verdadeiros guerrilheiros, terroristas treinados para procurar, provocar fato político, ocupar, criar problema na mídia, discutir, dizer que não tem emprego e que passam dificuldades, o que não é verdade. E depois desocupar e demonstrar um desrespeito total com a população de Santa Catarina, de Florianópolis, com a Justiça, porque eles não querem ir para outro local onde não haja mídia. Não querem ir para Palhoça, não querem ir para um assentamento,

eles querem ficar onde provoquem clamor social. Os jornais mostraram o líder do movimento ligando para o comandante-geral pedindo socorro. Ele não poderia nem estar lá!

Todos os jornais mostraram essas notícias. É uma vergonha. Isso é politicagem! É um desrespeito. Por que quem é que os tirou lá dos Ingleses?

Foi o trabalhador que levanta às 5h para trabalhar, para sustentar a sua família, para ganhar um pouco mais do que o salário mínimo, para sustentar seu filho, para comprar um terreninho em mil prestações, para passar toda a dificuldade do mundo. Levanta de manhã muitas vezes sem tomar café da manhã para ir trabalhar e daí vem um sem-vergonha, agitador, guerrilheiro, fazendo politicagem, criando constrangimento para a população, para o governo. O único objetivo desses manifestantes é político, porque lugar para trabalhar tem, e não precisaríamos buscar haitianos, cubanos, etc.

Então, é guerrilheiro sem-vergonha, safado que vem aqui. E a população de Florianópolis deu uma demonstração de respeito pela sua propriedade, de respeito pelo ser humano trabalhador.

Então, sr. presidente, a população catarinense demonstra que também está cansada e que não vai aceitar atos de vandalismo, que apenas procuram fazer politicagem, como não aceitaram que maconheiros quisessem adonar-se da Universidade Federal de Santa Catarina....

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Ocupo, srs. deputados, o horário destinado ao Partido dos Trabalhadores para abordar um assunto de maior importância para os catarinenses, que é o tão propalado, divulgado, publicado e propagandeado Pacto por Santa Catarina.

Já há muito tempo o governo do estado de Santa Catarina vem em todas as cidades do estado falando do Pacto por Santa Catarina na área da Segurança, na área da Saúde, na área da Educação e Infraestrutura. E nós da bancada do Partido dos Trabalhadores a todo o momento temos cobrado do governador Raimundo Colombo e da sua equipe de governo agilidade nessas obras, ou seja, mais ação e menos propaganda.

O Pacto por Santa Catarina é um programa que possui um orçamento de R\$10 bilhões oriundos do governo federal que foram viabilizados pela nossa presidente Dilma Rousseff, que são recursos que possuem várias procedências. E esta Casa foi célere em dar aprovação a esses projetos de todos os partidos, que compõem esta Assembleia Legislativa.

Nós analisamos em tempo recorde todos os projetos vindos de origem do governo do estado para o Pacto de Santa Catarina.

Então, esses recursos vêm através de financiamentos com o Banco do Brasil, BNDES, BID e também recursos federais a fundo perdido que serão investidos em obras estratégicas em nosso estado, como é o caso dos projetos relacionados ao programa de prevenção de enchentes e de tragédias climáticas no vale do Itajaí, onde se faz neces-

sário obras emergenciais para conter esse problema que vivemos há muito tempo.

Também estão no pacto recursos do Fundam, que são recursos que serão investidos em ações em vários municípios catarinenses, administradas pelos prefeitos municipais. E a maioria dos nossos prefeitos optou por obras de infraestrutura que são obras de pavimentação e aquisição de equipamentos, maquinários e investimentos na saúde pública conforme a demanda de cada município."

Quero salientar que muitos prefeitos também têm recorrido aos deputados estaduais, porque esses recursos estão tendo dificuldade de liberação no BRDE, e por isso, nós estamos pedindo apoio da equipe do governo do estado para auxiliar esses municípios quando há essa dificuldade na liberação desses recursos.

(Continua lendo)

"O que tem nos incomodado nos últimos meses, sras. deputadas, srs. deputados e público catarinense, é a incapacidade do governo do estado em tirar do papel esse conjunto de obras propagandeada durante muito tempo em nosso estado.

Na semana passada, um jornal de circulação estadual, que é o jornal *Diário Catarinense*, registrou um balanço do Pacto por Santa Catarina e trouxe algumas informações, que nós deputados já tínhamos conhecimento e que a todo momento vínhamos a esta tribuna para cobrar ações mais rápidas do governo estadual. E a população tem que tomar conhecimento do que está acontecendo em nosso estado. São informações relevantes que já foram em muitos momentos debatidas por nós neste Plenário.

Diz a matéria que em cinco áreas do programa feito para alavancar o governo, 67,3% das medidas estão fora do prazo previsto inicialmente, mais da metade das obras estão fora do prazo.

A maior parte do Pacto por Santa Catarina, ainda não saiu do papel, muita propaganda e as obras não tiveram o seu início. O conjunto de medidas que começou a ser operacionalizado entre fevereiro e março de 2013, quando a primeira leva de recursos federais chegou aos cofres do estado, está em andamento, mas algumas ações previstas para começar no início deste ano sequer foram ainda licitadas, sra. deputada Luciane Carminatti e srs. parlamentares.

De 404 ações em cinco áreas, 272 estão atrasadas, ou seja, 67,3% do total. Outras 80 obras estão em dia, e 13 dessas obras já foram concluídas, 39 ações não têm informações atualizadas dessas obras do Pacto por Santa Catarina.

As obras são dos pactos da educação, da infraestrutura, da justiça e cidadania, da saúde e segurança pública.

O andamento desses investimentos srs. parlamentares, em prevenção de cheias, seca e proteção social, não consta no relatório encaminhado pelo governo do estado de Santa Catarina, são obras prioritárias a nosso ver, já que o dinheiro está nos cofres do estado. Mas temos as informações de que os mesmos também estão profundamente atrasados quanto a projetos.

Mais uma vez as áreas mais penalizadas com os atrasos são da saúde e da educação. Na educação somente 11 obras de construções e reformas de escolas estão em andamento, e 186 obras deputada Luciane Carminatti, estão atrasadas na área de educação.

O mesmo acontece com o projeto da construção de policlínicas, está previsto para o nosso estado a construção de dez

policlínicas, mas apenas uma obra está em andamento, das dez obras destinadas ao estado de Santa Catarina.

Segundo, ainda, a matéria, os relatórios da secretaria de Planejamento, responsável por gerenciar a evolução do pacto, os prazos de licitação para as obras em atraso foram prorrogados para os próximos meses. Isto significa que este ano não será realizada nenhuma obra do Pacto por Santa Catarina em nosso estado, srs. deputados, sras. deputadas e público catarinense.

Além da burocracia o principal obstáculo é a elaboração de projetos. Infelizmente, a política de sucateamento dos serviços públicos esvaziou os departamentos de engenharia da maioria das secretarias de estado em Santa Catarina.

Hoje, o governo do estado e a população de Santa Catarina sofrem com os problemas relacionados às suas equipes técnicas, faltam engenheiros, faltam arquitetos, faltam técnicos para avaliar esses projetos e dar início a essas obras tão propagandeadas em nosso estado.

A área com maior número de obras em dia é a da infraestrutura. Dez estão concluídas, quatro estão previstas no programa original, seis foram incluídas no programa depois e 37 estão dentro do cronograma. Depois vem a área da educação, com 39 obras em atraso. Cito como exemplo, na área de infraestrutura, na minha cidade, na cidade de Blumenau, o prolongamento da via expressa SC-108, novo trecho da SC-108, com extensão de 15km.

Verificamos vários problemas de toda a ordem. A comunidade local reclama que não teve acesso ao projeto e ao traçado da rodovia. Houve uma grande audiência pública na cidade de Blumenau e a população daquele município não quer esse projeto que o governo elencou, pois há problemas de traçado naquela rodovia. Há um desencontro de informações. O secretário de Desenvolvimento Regional diz uma coisa, o secretário na época de Infraestrutura dizia outra coisa e o governador falava algo para os empresários. Então, ninguém tem informações concretas do prolongamento da via expressa na cidade de Blumenau."

Os recursos orçamentários foram retirados do Orçamento que aprovamos nesta Casa este ano para o prolongamento da via expressa e para outra rodovia também importante para o estado de Santa Catarina, mas a origem desse orçamento seria para o prolongamento dessa via expressa de Blumenau, ou seja, a SC-108.

Isso se repete com a obra do Morro do Serafim, que faz a ligação entre os municípios de Gaspar e Luiz Alves. Várias vezes disseram que iriam abrir o processo de licitação e até o momento não aconteceu, infelizmente.

(Continua lendo)

"Mas o governo de Santa Catarina precisa reconhecer as suas incapacidades, especialmente ter uma política de valorização dos seus servidores e recompor as suas equipes técnicas das secretarias de estado, para que essas obras saiam do papel e contemplem o anseio da nossa população, porque o primeiro problema seriam os recursos, e esses já estão disponíveis para o governo do estado de Santa Catarina, que são da ordem de R\$ 10 bilhões."

Nós fizemos o nosso dever de casa, srs. parlamentares. Aprovamos muito rapidamente os projetos aportados na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, oportunizando ações mais rápidas ao governo do estado, mas devido à sua incompetência, à sua incapacidade de gastar

esse dinheiro que já está à disposição para fazer as obras necessárias ao nosso estado, isso está muito além de se concretizar. E este ano, povo catarinense, não vai acontecer nenhuma obra, infelizmente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer uma referência especial à presença do vereador Afrânio Boppré, do PSOL, neste plenário, uma grande liderança deste estado que nos acompanha nesta sessão de hoje.

Mas não podia deixar de falar, no primeiro dia legislativo desta semana, sobre a prisão do soldado Prisco, da Bahia, que nós pudemos ver estupefatos pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, na noite da última Sexta-Feira Santa, deputado Padre Pedro Baldissera. Ele tem esposa e filho e foi preso na Bahia numa mega operação da Polícia Federal por determinação, evidentemente, da Justiça Federal, e transferido, trazido para o presídio da Papuda, em Brasília.

O soldado Prisco é uma liderança legítima dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do estado da Bahia, é um líder, sim, dos movimentos de paralisação dos servidores militares estaduais havido naquele estado desde 2001. Aliás, foi excluído da Polícia Militar da Bahia em virtude de uma paralisação em 2001, quando Jaques Wagner, atual governador, era seu companheiro de partido. E nunca foi reintegrado aos quadros da Polícia Militar, embora com decisão do Tribunal da Justiça da Bahia pela anistia do soldado Prisco. Deram um jeito de não cumprir a determinação judicial de reintegrar o soldado Prisco aos quadros da Polícia Militar, ou seja, a Justiça não funcionou em favor do soldado Prisco.

Gostaria de dizer que, embora a decisão da Justiça, o governo federal não está isento de responsabilidade com o seu ministro da Justiça. O ministro da Justiça é do Partido dos Trabalhadores, o governador do Bahia é do Partido dos Trabalhadores, a presidenta da República é do Partido dos Trabalhadores. De tantas promessas passadas de reformulação das estruturas arcaicas da segurança pública no Brasil, engoliram todas as propostas de reformulação da segurança pública no Brasil. Na primeira Conferência Nacional de Segurança Pública havia em 2009, todas as suas diretrizes e resoluções foram esquecidas, engavetadas, usando e fazendo uso dos mesmos regulamentos e códigos para impedir que os trabalhadores militares, os bombeiros e policiais que exercem uma função eminentemente civil, que é lidar no cotidiano com a sociedade, com os seus problemas, com as suas mazelas, com suas dificuldades, não é uma função militar.

As promessas da década de 80 foram esquecidas e o atual ministro da Justiça tem usado, com as suas estruturas de poder, dos mesmos instrumentos para continuar criminalizando os praças ou os militares estaduais em geral, porque não é somente praças, há oficiais também em muitas circunstâncias.

A prisão do Prisco é um ato arbitrário! Ele é uma liderança legítima, não é um

criminoso, e essa questão precisa ser tratada com debate e, inclusive, com a mudança da legislação, porque é impossível que mais de um milhão de trabalhadores fardados que fazem a segurança pública neste país, ou tentam fazê-la, sejam impedidos de dizer que o salário está ruim, que a carreira precisa ser mudada e que a sua família também precisa de dignidade.

Tratar como mega operação de polícia como se fosse um dos maiores traficantes, ou melhor, nem os maiores traficantes do Brasil são tratados da forma como estão tratando o soldado Prisco, da Bahia!

É inadmissível que permaneçamos em silêncio e que as autoridades que efetivamente querem Justiça social e paz social não pensem na necessidade de reformular a legislação, não pensem na necessidade de fazer uma política efetiva de segurança pública, não pensem na possibilidade de que o trabalhador fardado também é trabalhador e tem uma família e uma carreira de 30 anos! Não é um menino que fica oito meses no Exército! É um pai e um avô de família que precisa ter a dignidade que todo trabalhador precisa e merece!

O nosso repúdio ao governo federal e estadual da Bahia pela prisão do soldado Prisco!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, numa troca combinada e acordada entre o PP e o PSDB, o deputado Serafim Venzon falará em nome do PSDB por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero, inicialmente, saudar, aqueles que estão nas galerias desta Casa, em nome da professora Selma de Souza, de Brusque, e também da professora Clarisse Rosa, que trazem aqui inúmeras reivindicações pela melhoria do setor educacional de Brusque.

Também quero cumprimentar o vereador Moacir Girardi, de Brusque, e o esportista entusiasta Maurício Tomas, que traz a esta Casa, trouxe para a secretaria Estadual da Assistência Social, um projeto de lei para a utilização dos recursos do FIA estadual num programa de atendimento a jovens, adolescentes, na área esportiva.

E justamente por conta disso, sr. presidente, eu quero, de antemão, agradecer ao presidente Joares Ponticelli, que prontamente liberou a Escola do Legislativo, juntamente com o deputado Gelson Merisio, para que fizéssemos, para que a Assembleia fizesse, no estado de Santa Catarina, um curso de capacitação para que as entidades do estado, na área do esporte, do lazer, da cultura, que queiram fazer projetos para utilizarem os recursos do Fundo da Infância e do Adolescente, que são muitos. São 6% do imposto devido de todos os catarinenses, mais 1% do imposto devido das empresas catarinenses, que somados, seguramente ultrapassariam os R\$ 80 ou R\$ 90 milhões.

O grande problema é que as entidades, por desconhcerem a lei, e os Conselhos Municipais, e também o Conselho Estadual do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, por desconhcerem algumas leis reformadas, algumas normas mais novas, poderiam utilizar a forma chancelada, os projetos chancelados, se criou uma cultura de que não se poderia apresentar projeto sem ter já o recurso depositado no FIA.

Ou seja, atualmente o entendimento que se tem dos Conselhos Municipais e também no Conselho Estadual é que o projeto

que é apresentado tem que ter o recurso já depositado no fundo. Ocorre que nos outros fundos, por exemplo, no Fundo da Cultura, no Fundo Do Esporte, o recurso não precisa estar depositado. O recurso está previsto.

A entidade apresenta um projeto que vai fazer um filme sobre o Contestado, por exemplo, e busca recursos, depois de aprovado o projeto, junto à empresa que quer apoiar aquele projeto. E assim se pode fazer também na área da criança e adolescente,

Mas esse entendimento ainda não chegou, pelo menos. Claro que isso é possível, ainda se tem o entendimento de que seria crime o Conselho Municipal de Itajaí, por exemplo, autorizar um projeto de lei na área de criança e do adolescente, do FIA, cujo recurso já não está lá depositado.

Pela lei, pela última normativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, já é permitido isso. Alguns juízes, alguns promotores, ainda têm o velho entendimento.

Por isso que a Escola do Legislativo, apoiada por esta Casa, como disse o deputado Gelson Merisio como presidente, vai fazer alguns cursos, a começar no mês de maio, no dia 14, na regional de Brusque, onde vão atender Brusque e toda regional de Blumenau e Itajaí também.

No dia 16 de maio o curso será em Joinville para atender aos municípios planalto norte. Dia 25 de maio, estaremos em Canoinhas e dia 26 de maio em Joaçaba.

Aqui devo fazer um agradecimento muito especial ao prefeito de Lages, Elizeu Mattos, que foi nosso companheiro até a última eleição municipal. Esse município tem o maior número de projetos apresentados e chancelados.

Além disso, temos em Lages o gestor municipal Lúcio Marcelo Varela, do FIA, convidado pela Escola do Legislativo para ministrar essas aulas em oito, dez, 12 cidades de Santa Catarina com a intenção de chamar essas cidades polos, cidades referências, entidades esportivas, religiosas, beneficentes e aqueles que podem ajudar na apresentação de projetos na área da criança e do adolescente.

Como já disse, há recurso, mas atualmente não existe o costume das pessoas depositarem o percentual do Imposto de Renda que a lei permite nem por parte da empresa. Não se criou esse hábito justamente por não existir projetos importantes que possam ser mostrados à sociedade para estimular, e a maior propaganda do FIA seria o próprio FIA, mas alguém tem que começar.

A intenção nossa, inclusive, minha, como presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, apoiado por esta Casa, foi fazer esse curso de capacitação justamente para chamar a sociedade e, de forma especial, às entidades que têm necessidades, como citei o professor Maurício Tomás, de Brusque, que apresentou há dois anos um projeto no FIA estadual, mas o FIA estadual naquele velho e arcaico entendimento de que tem que ter o recurso antes de apresentar, também sequer analisou o projeto de lei.

Eu acredito que esses projetos, se forem apresentados nos municípios, terão maior agilidade.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital.

Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, desejo neste espaço da minha bancada falar sobre dois assuntos. Primeiramente, a respeito da decisão, no meu entendimento, intempestiva, do governo federal, deputado Maurício Eskudlark, que autorizou de banana do Equador após duas audiências para tratar deste assunto que fizemos com o ministro da Agricultura, com o embaixador, senadores, deputados federais e autoridades em Brasília, sob o pretexto, deputado Moacir Sopelsa, de equilíbrio da balança comercial, que não é verídico, porque equilibrar a balança comercial do Brasil com a banana é um absurdo. O governo federal autorizou, deputado Padre Pedro Baldissera, a importação da banana do Equador para o Brasil que vai ser uma catástrofe, em primeiro lugar, econômica, porque vamos ter problemas com o preço da banana, que já é muito baixo, e agora com a entrada da mercadoria do Equador, certamente, os produtores do sul e do norte do estado serão prejudicados. Em Corupá, por exemplo, se não houvesse a produção da banana, a economia do município estaria fadada ao fracasso.

Portanto, no dia 8 de maio, vamos fazer uma audiência em Guarimir, certamente com a presença de quase mil produtores e de todos os prefeitos da região para tentarmos argumentar ou esperar, porque a decisão já foi tomada. É uma decisão irresponsável, intempestiva e contra a agricultura familiar.

Tenho elogiado o governo federal, mas o governo que se diz defensor da agricultura familiar, neste momento, dá um golpe fatal nos pequenos agricultores de Santa Catarina. Essa foi uma decisão que precisa ser repudiada veementemente.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero pegar uma carona no seu pronunciamento, deputado, isso não é de hoje. Não temos uma política agrícola para proteger a produção brasileira. Não se trata de protecionismo, mas é importante uma política que resguarde a produção brasileira com relação à importação.

Entendo que se deve importar para dar equilíbrio à balança quando falta algum produto, quando os preços disparam, mas não ouvimos nenhuma notícia de que falta banana no país.

Cumprimento v.exa. pelo tema e acho que nessa audiência pública devemos discutir, não apenas sobre a importação da banana, mas de outros produtos também.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado!

Sr. presidente, quero também abordar outro assunto que diz respeito à Resolução n. 44/2013, relativa ao Conselho Nacional de Trânsito - Contran -, que está tentando legislar sobre o fato de as autoescolas terem que ministrar cinco aulas de 30 minutos em simuladores de direção veicular.

Parece-me que um simulador custa uns R\$ 40 mil e não há comprovação científica de que o uso do simulador vai reduzir o número de acidentes, conforme os técnicos do Contran têm dito no Brasil. E também tem o custo adicional da contratação de um técnico para operá-lo. Isso onera sobremaneira a autoescola, que vai repassar o custo para o cidadão catarinense quando ele for tirar sua carteira de motorista.

E tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo n. 1263/2013, que susta a aplicação dessa Resolução, mas a comissão de Constituição e Justiça já se reuniu e rejeitou, através do PL n. 4449/2012.

Se a comissão de Constituição e Justiça deliberou nesse sentido, quais são as prerrogativas do Conselho Nacional de Trânsito? O poder do Contran está acima de uma comissão que é formada por parlamentares, que representa legitimamente o povo brasileiro, a nossa comunidade. Isso é absurdo!

Está marcada a realização de uma audiência pública, dia 23 de abril, amanhã, para discutir o uso desses simuladores no Brasil. É um absurdo!

As autoescolas não estão utilizando, elas não têm condições de adquirir e se adquirir não vão ter que passar esses custos para o cidadão catarinense, para o povo brasileiro. Isso é um absurdo! Portanto, faço o alerta de que já apresentei uma indicação e esta Casa se manifestou contrária a essa decisão. Sinceramente, nunca sabemos de tudo, mas as más línguas dizem que essa é uma decisão de caça-níquel de algumas pessoas, de um segmento muito bem articulado, muito bem amparado nas esferas públicas do Brasil.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, muito bem abordado o tema. Gostaria que fosse um caça-níquel, mas isso é uma jogada, um lobby, bilionário em nível de Brasil para tirar dinheiro da população, para tirar dinheiro do aluno, do jovem, de quem vai fazer a carteira de motorista. Trata-se de um equipamento caro e eles alegam que a autoescola tem que pagar mensalmente a manutenção do software em torno de R\$ 2 mil envolvendo todas as autoescolas do país. E o que eles dizem para convencê-los: "A autoescola ainda vai ter lucro, porque vai cobrar R\$ 58,00 pela hora/aula, vai pagar R\$ 32,00 e ainda vai sobrar uma parte." Isso é um crime contra a população brasileira, contra quem quer tirar a carteira de motorista!

Já falaram que existem apenas três ou quatro empresas que produzem esse equipamento. Quando tivemos nos Estados Unidos com o governador fizemos um teste no simulador e vimos que se trata de um vídeo game, não é nem um pouco parecido com dirigir de verdade. Tanto que uma emissora de TV levou um campeão de vídeo game e um campeão de automobilismo para fazer um teste com o simulador. E o campeão de vídeo game deu um show no campeão de automobilismo, porque é uma brincadeira, é um equipamento para brincar. Usar um simulador para um submarino, para um avião, em que tem que apertar um botão é uma coisa, agora, usar um simulador para ensinar dirigir no trânsito, é outra coisa, porque exige agilidade, golpe de vista, etc.

Então, a gente ouve muitas histórias, como, por exemplo, que a Friboi é do Lulinha, que o projeto do simulador é do Lulinha, mas eu não sei de nada, a não ser que, com certeza, trata-se de um golpe bilionário em nível do Brasil para tirar dinheiro do povo. Ainda bem que o ex-diretor do Detran, deputado federal do Paraná, e comissão de Constituição e Justiça estão batendo contra. É um absurdo, um crime contra a economia do país, contra a população, implantar ou exigir o simulador nas autoescolas. Não vai diminuir acidentes de trânsito, não vai trazer benefício nenhum para o trânsito, para a redução dos crimes e acidentes

de trânsito, somente vai enriquecer, não é caça-níquel, é um golpe bilionário.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Quero parabenizar o dr. Murilo dos Santos, que preside o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Santa Catarina - o Sindemosc - pois temos aqui 400 autoescolas no estado bem organizadas que prestam serviço de excelência e qualidade, formando nossos condutores e não há necessidade desse simulador.

V.Exa. tem razão, isso é uma decisão de mau gosto e que pesará com certeza mais uma vez no bolso do contribuinte catarinense e brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darcy de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Quero nesta tarde fazer referência a duas importantes inaugurações de rodovias que aconteceram no mês passado e que foram construídas na região do extremo oeste de Santa Catarina. A primeira delas é a rodovia que liga São José do Laranjal, comunidade do interior do município de Iraceminha, à BR-282, uma importante rodovia, em que temos naquela comunidade e nas que avizinham o cultivo da uva, a industrialização de vinho e sucos. Também, é referência no plantio e comercialização de ameixas, pêssegos e tem uma festa tradicional que acontece basicamente todos os anos, referenciando essa potencialidade que oportuniza a inúmeras famílias de agricultores a manutenção de um sonho e a expectativa nos pequenos municípios de Santa Catarina.

E v.exa., deputado Valdir Colbachini, teve essa felicidade de ser a pessoa encarregada de dar autorização para o início dessas obras, o privilégio e a satisfação de estar juntamente com o nosso governador, Raimundo Colombo, fazendo a inauguração daquela obra que há tempo era esperada por nossa comunidade.

Também tivemos naqueles dias a felicidade de inaugurarmos outra importante rodovia estadual, a que liga o município de União do Oeste até o município de Águas Frias. Assim, temos a ligação da BR-282 que entra no município de Nova Erechim, passa por Águas Frias, vai de União do Oeste até Jardinópolis, Irati, Formosa do Sul e, daí para frente, sai no estado do Paraná. Todo esse trajeto ligado através de acesso asfaltado, obra também capitaneada por v.exa. e endossada com o aval do nosso governador do estado e do vice, Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Mas, antes de entrar nas comemorações dessas duas importantes obras, ouço com muita atenção, o seu aparte.

O Sr. Deputado Valdir Colbachini - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, que na semana passada teria feito, no meu horário, mas infelizmente, a sessão foi suspensa. Porém, são em obras como essas, de São José do Laranjal, Águas Frias, União do Oeste, que sentimos a transformação dessas pequenas comunidades e municípios com a

chegada do asfalto, que é sinônimo de desenvolvimento.

Muitos dos pequenos municípios da nossa região oeste de Santa Catarina estavam fadados a desaparecerem do mapa do estado. Cinquenta e quatro deles não tinham sequer um acesso pavimentado. Temos um exemplo no vizinho estado do Rio Grande do Sul de 108 municípios que ainda não tem o acesso. Por conta disso, Santa Catarina tem se desenvolvido muito, especialmente na agricultura familiar, na agroindústria, e o seu modelo tem melhorado muito a condição do nosso agricultor, sem dúvida alguma, pois as obras facilitam a vida, o dia a dia do nosso agricultor e dá uma perspectiva de que a juventude possa permanecer morando nas propriedades.

Então, na condição de secretário de Infraestrutura, à época, fiquei particularmente comovido com a reação das pessoas.

Aliás, o deputado Dirceu Dresch esteve conosco em Águas Frias, no oeste, no momento da inauguração, e pode ver no semblante de cada um a alegria. O oeste de Santa Catarina realmente passou por uma grande transformação depois da inauguração dessas duas obras que v.exa. citou, fruto, também, quero aqui reconhecer, do trabalho do parlamentar Mauro de Nadal e de outros parlamentares da região oeste que souberam reivindicar essas melhorias.

Não há como uma obra daquela cair do céu sem que haja uma mobilização da comunidade. E naquelas comunidades houve essa mobilização. E é claro que teve que ter participação decisiva do governo, e houve, mostrando o acerto dessas duas obras, assim como tantas outras espalhadas pelo nosso estado.

Parabéns.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento e agradeço v.exa., deputado Valdir Colbachini, por sua participação.

Na antiguidade o patriarca quando tinha algo a comemorar na família ele pedia para um dos seus filhos escolher o melhor cordeiro. Lá no interior do município de Iraceminha dois bois foram carneados e foi feita uma grande festa para homenagear e para parabenizar o nosso governador e todas as autoridades que estavam lá. Mas a que mais sensibilizou a todos foi a comemoração na cidade de União do Oeste, pois também tivemos a autorização para a duplicação da ponte entre Águas Frias e Nova Erechim, porque a ponte apenas está transitável numa única pista. E para comemorar tudo isso a própria comunidade, através de dois poetas, escreveu uma poesia. E no encaminhamento dessa poesia havia o pedido para que levássemos ao conhecimento de todos os catarinenses a satisfação de todos os municípios daquela região.

Por isso vou ler a referida poesia. Não tenho muito dom para contos e declamações, mas vou tentar ser bem objetivo na consideração e, acima de tudo, buscar a essência daquele que a escreveu.

(Passa a ler.)

"A Poesia do Asfalto

Esta obra que está sendo inaugurada tem uma história que precisa ser contada, para que o povo fique sabendo, é preciso que eu explique.

Ela teve a participação de Pinho Moreira, Pavan e Colombo, mas o primeiro foi Luiz Henrique.

O primeiro trecho foi de Nova Erechim a Águas Frias, para homenageá-los eu então fiz esta poesia.

O asfalto está pronto

O progresso vem aí

O povo contente

Todo mundo a sorrir.

O povo do Rio Grande

Agora passa por aqui

União do Oeste fica logo aí...

Jardinópolis e também Irati.

Formosa do Sul e São Lourenço

É só prosseguir...

Também Novo Horizonte que quase

esqueci,

Paraná e Mato Grosso também dá para ir.

Para agradecê-los esta poesia escrevi E hoje feliz estou eu aqui,

Em nome do povo que aqui se

encontra

Agradecer esta obra que está pronta

Com muita emoção

Em nome do povo desta região

Quero agradecer de todo o coração

Esta grande obra que beneficia esta

população.

Depois que falei tudo o que queria,

Vou dizer quem é o autor desta

poesia,

Hermes Gavioli, morador de Águas

Frias

Com a participação da professora

Vania,

Eu ditava e ela escrevia".[sic]

Agora v.exas. veem o tamanho da satisfação e alegria dessas pessoas que se deram ao luxo de fazer uma poesia em homenagem a uma rodovia que há muitos e muitos anos era esperada pela comunidade.

Mas também quero ao encerrar a minha fala, sr. presidente, externar a minha indignação e ao mesmo tempo fazer uma reflexão própria do nosso comportamento, como cidadãos, e aí vou citar aquela barbárie que aconteceu no Rio Grande do Sul, que foi notícia na semana que passou, envolvendo a morte do menino Bernardo, do município de Três Passos.

Foi uma morte que estava sendo anunciada, e fico questionando se temos a sensibilidade e a percepção de entender como um fato dessa natureza vem ao nosso encontro pelos mais variados sinais e não se percebe que o crime, que o fato está prestes a acontecer.

A babá da criança sabia das dificuldades que a criança enfrentava em casa, as professoras sabiam o que essa criança estava passando, porque pelas expressões dos desenhos, dos relatos, era notório que algo não estava correto. O Conselho Tutelar sabia tudo que estava acontecendo, o juiz de direito também sabia, a criança chegou a sentar no colo da promotora de Justiça para relatar que não queria mais voltar para casa. E a delegada de Polícia também sabia! E tudo transcorreu como se nada estivesse acontecendo na vida daquela criança, ao ponto de a criança procurar o Fórum para dizer que não queria ficar mais em casa, e nenhuma providência foi tomada.

Onde está a sensibilidade das pessoas - principalmente daquelas que estão recebendo salário para terem essa sensibilidade - para proteger esses incapazes e que num momento como esse não fazem nada!? É claro que com isso não estamos eximindo a culpa da madrastra, que é uma psicopata, nem do pai. Nem vamos comentar nada, porque é um pai desnaturado e todas as nossas palavras não conseguiram desqualificá-lo.

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

A Sra. Deputada Ada Faraco De Luca - Deputado Mauro de Nadal, um caso assim toca fundo para quem é mãe e avó. Nesta Casa

somamos quatro mulheres e o nosso sentimento é de inconformismo, de revolta contra esses, literalmente, bandidos, criminosos. E onde estão o Conselho Tutelar e os direitos da criança, que em muitas ocasiões fazem tanto 'bafafa'? É uma coisa muito revoltante e temos vários Bernardos por este Brasil a fora, infelizmente, acho que as crianças têm que ser mais ouvidas, principalmente nessa hora em que v.exa. falou, quando a criança procura autoridades, vizinhos e ninguém valoriza o que a criança diz. É um crime bárbaro!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Infelizmente, essa notícia acabou entrando em nossos lares gerando uma inquietação tremenda em todas as famílias, mas vale a conscientização, temos que repensar na vida, nos nossos princípios de cidadão e entender um pouquinho mais o próximo.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está Presidência convoca os srs. deputados que se encontram nos gabinetes para que compareçam ao Plenário, uma vez que temos dois projetos de lei complementar para votar e, havendo acordos de líderes, eles serão incluídos na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Portanto, solicito à assessoria que faça contato com os parlamentares que nos acompanham pela TVAL.

Ainda temos cinco minutos para iniciar a Ordem do Dia, que contém uma pauta com várias matérias, vários ofícios. Esta Presidência vai fazendo a votação dessas matérias e ao final, então, vai deliberar sobre a inclusão desses dois projetos de lei complementar na Ordem do Dia de hoje.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0040/2014, de autoria do deputado Darci de Matos e 0495/2011, de autoria do deputado Elizeu de Matos.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer contrário aos Ofícios n.s: 0530/2012 e 0583/2012, de autoria de entidade social.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0047/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Associação Amigos de São Martinho, de Siderópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0303/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública o Grupo Voluntário de Busca e Salvamento Gerar (GVBS Gerar), de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0387/2013, de autoria do

deputado José Nei Ascari, que denomina Lussa Librelato a rodovia que liga a BR-101 ao Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, de Jaguaruna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Este projeto foi aprovado por unanimidade ao deputado José Nei Ascari, numa grande homenagem que esta Assembleia presta ao grande, saudoso e querido empresário Lussa Librelato, do município de Orleans, um dos empresários de destaque em Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente e srs. deputados, v.exa. tem razão, deputado Joares Ponticelli, quando faz referência à Lussa Librelato. Ele nos deixou muito cedo, mas foi um grande líder da família, um líder empresarial, um líder político e por isso que esta homenagem é muito justa. Ele conduziu também, juntamente com a sua família e sócios, a empresa Librelato à condição de terceira empresa do Brasil no ramo.

Portanto, os meus agradecimentos a todos os colegas deputados que reconhecendo a importância de Lussa Librelato para a política no sul do estado e para o mundo empresarial catarinense, aprovaram esta matéria que denomina Lussa Librelato a rodovia que liga a BR-101 até o Aeroporto Regional de Jaguaruna.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado José Nei Ascari.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0441/2013, de autoria do deputado Arnaldo Moraes, que denomina Ricardo Sell Wagner o Aeroporto Regional de Correia Pinto.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, está-nos visitando nesta tarde o dr. José Aluísio Vieira, o popular Xuxu, que é presidente da fundação Pró-Rim, uma entidade que tem 500 funcionários e está em todo estado de Santa Catarina. A fundação fez o primeiro transplante renal no estado em 1978 e a primeira hemodiálise também em Santa Catarina. Hoje faz 150 mil hemodiálises por ano e já realizou 1.200 transplantes no estado.

Seja bem-vindo e parabéns pelo trabalho da Fundação Pró-Rim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Esta Presidência também saúda o nosso querido amigo dr. Xuxu, que comparece à nossa sessão plenária na tarde de hoje.

Seja muito bem-vindo v.exa., que está num processo de conhecimento e de andanças nas galerias certamente de uma Casa maior onde v.exa. pretende estar a partir de 1º de fevereiro do próximo ano. E conta com a nossa torcida, não tenha dúvida disso!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu também não posso deixar de cumprimentar o meu querido amigo Xuxu, uma figura muito querida em toda Joinville e também muito querida por todos nós.

Seja bem-vindo e sinta-se em casa, Xuxu. Só não venha tomar o meu lugar, mas pode vir somar-se a nós. Um grande abraço!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, aproveitando que houve uma ruptura na Ordem do Dia para anunciar as visitas nesta Casa, aproveito a oportunidade para registrar também a presença do prefeito de Otacílio Costa, Tio Ligas; do vereador Israel Alfredo Anhaia, que é do Partido dos Trabalhadores; e do secretário de Administração, Edson Pasold, que se fazem presentes nesta Casa e vão utilizar a tribuna logo após para fazer o convite da Festa da Madeira, em Otacílio Costa.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, esta Presidência registra e agradece a presença da comitiva do querido município de Otacílio Costa, liderada pelo prefeito Tio Ligas. E, atendendo ao requerimento de v.exa., tão logo encerramos a Ordem do Dia, vamos abrir um espaço na sessão plenária para que a rainha e as princesas da Festa da Madeira possam fazer o convite para o evento que vai ocorrer de 9 a 11 do próximo mês de maio.

Srs. deputados e sras. deputadas, a assessoria nos informa que neste momento temos presentes em plenário 23 parlamentares. Há dois Projetos de Lei Complementar, o de n. 0030/2013, de autoria do Ministério Público, e o de n. 0035/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares. Como o quórum para a deliberação é relativamente baixo, esta Presidência, que faria uma consulta de líderes para a eventual inclusão destas matérias na Ordem do Dia de hoje, encaminha-as à assessoria para incluir na Ordem do Dia de amanhã.

Portanto, serão incluídos na pauta do dia de amanhã os PLCs n.s 30 e 35.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0188/2014, de autoria do deputado Reno Caramori; 0189/2014 me 0190/2014, de autoria do deputado Darci de Matos; 0191/2014 e 0192/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0193/2014 e 0194/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0195/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 304 e 305, de autoria do deputado Nilson Gonçalves;

0307, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0308, de autoria do deputado Darci de Matos; 0310, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0311, 0312, 0313, 0314, 0315, 0316, 0317, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0318, de autoria do deputado Edison Andriano; e 0319, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0309/2.014, de autoria do deputado Manoel Mota e outros, que requer a constituição do Fórum Parlamentar para acompanhar as obras de pavimentação das Rodovias SC-450 (Serra do Faxinal) e da BR-285 (Serra da Rocinha).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0040/2.014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada aos Policiais Militares sargento Vanderlei Bento da Costa, Soldado Deivid Machado e Soldado Davi Fernandes Fraga, manifestando aplauso e reconhecimento ao valeroso serviço prestado no combate ao incêndio que ocorreu no Hospital Infantil Joana de Gusmão, no município de Florianópolis, no dia 19 de abril do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Sras. e srs. deputados, esta Presidência recebeu requerimento de acordo com o que determina o Regimento Interno desta Casa, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Os Deputados que este subscrevem, com amparo no § 3º do artigo 47 da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o artigo 41 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, REQUEREM a constituição de COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, composta por cinco(05) Membros, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, a fim de apurar como fato determinado 'a aquisição através de dispensa de licitação de um prédio comercial a ser construído na Rua Bocaiúva n. 1792, Centro, Florianópolis-SC., pelo valor de R\$ 123.419.930,00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e trinta reais)' por parte do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme a justificativa que segue anexo ao presente requerimento." [sic]

Subscrevem este requerimento 18 parlamentares que compõem esta augusta Assembleia Legislativa.

Encaminhado à secretaria-geral da Mesa para que pudesse ser verificada a legalidade do presente requerimento, nos informou o secretário, deputado Kennedy Nunes, que o requerimento preenche aquilo que dispõe a Constituição e o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Portanto, esta Presidência, preenchidos os requisitos e verificando as condições legais e regimentais do presente requerimento, faz a comunicação e abre o prazo de uma sessão, ou seja, até o início da sessão ordinária do dia de amanhã, para que qualquer parlamentar, se quiser, possa contestar o fato

determinado do presente requerimento. Este é um direito que assiste aos parlamentares que integram esta Casa.

Portanto, até amanhã fica aberto o prazo para eventual questionamento.

No dia de amanhã, não havendo nenhum questionamento, esta Presidência abrirá o prazo regimental de cinco sessões para que as bancadas façam as indicações dos parlamentares que integrarão a CPI. E amanhã informaremos que três bancadas já formalizaram a esta Mesa Diretora a decisão de não participarem da referida comissão.

Portanto, fica aberto o prazo até a sessão de amanhã para eventuais questionamentos e, a partir de amanhã, não havendo questionamento, esta Presidência então abrirá o prazo para que as bancadas que participarão possam fazer a indicação dos membros para compor a CPI.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, apenas para que fique claro e que não haja qualquer interpretação diferente, a nossa bancada, assim como a bancada do PP, também a do PSDB, parece-me que comunicaram à Casa que não irão participar da CPI.

Por isso, faço uma sugestão a v.exa. que a partir da abertura do prazo para a indicação dos membros já refaça o cálculo da proporcionalidade para que as bancadas que vão participar da CPI possam ter o número de indicação necessária, até para não haver dúvida com relação à composição ou não. Já existindo a manifestação das três bancadas que não irão participar, no meu entendimento, redistribui-se a proporcionalidade àqueles partidos que irão participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência acolhe a sugestão de v.exa. e determina à assessoria que proceda à publicação do requerimento ainda no dia de hoje para que se mantenha esse espaço até amanhã, deputado Carlos Chiodini, para eventual questionamento que é um direito que assiste qualquer parlamentar, e no dia de amanhã, deputado Gelson Merisio, não havendo questionamento, esta Presidência abrirá o prazo para a indicação excluindo já os partidos que se manifestaram formalmente o desejo de não participar e, é claro, apresentando o cálculo que regimentalmente caberá à nossa assessoria nos apresentar até amanhã.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente, pela ordem, sem querer desconsiderar a posição do deputado Gelson Merisio, mas como o regimento desta Casa não tem muito clareza em alguns pontos no que se referi à questão de CPI, gostaria que fosse analisasse juridicamente essa questão porque a nossa interpretação, a minha, pelo menos, é de que todos os partidos devem compor a CPI.

Eu não vejo a Comissão Parlamentar de Inquérito como um ato lesivo à democracia, muito pelo contrário, aqui cumprimos com o nosso papel. Nós aqui não somos uma Casa que devemos nos submeter a determinadas posições porque são as discordâncias que consolidam a pauta democrática deste país.

Eu me permito discordar, de forma muito clara, de um conjunto de ações que tem sido impetrada pelo Ministério Público mesmo

aqui enaltecendo a apresentação do dr. Lio Marin, na semana passada, com todo o Ministério Público presente, que é extremamente importante, já que esta é a Casa do Povo, e aqui estava um segmento da população de Santa Catarina, pelo menos mais da metade dos promotores de Santa Catarina vieram conhecer a Assembleia, e esse é um ato extremamente normal.

Por isso, no cumprimento do nosso papel, como deputado, vamos continuar fazendo aqui o debate sobre os supersalários, sobre o contrato da OI e a sua irreverência, e também sobre a aquisição desse terreno que nunca houve parecer da Caixa Econômica ou de técnico para avaliar os dados que nos foram apresentados neste plenário, mesmo considerando e enaltecendo a apresentação dr. Lio Marin nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, apenas quero deixar claro o nosso entendimento, que é embasado na Constituição, que prevê o direito das minorias, em existindo acima de 14 assinaturas para criarem a CPI. Isso está resguardado.

Agora, a Constituição prevê a autonomia dos partidos e dos parlamentares para participarem ou não de qualquer ato. Não há nenhum partido, maioria ou minoria, que vá nos impor a participar ou não de qualquer ação desta Casa.

Então, que fique claro que nós não participaremos e não há nenhum dispositivo constitucional e regimental aqui, e duvido que haja em Brasília, que vá obrigar alguém a participar de uma CPI se já está manifesto o desejo de não participar. Àqueles que entendem que a CPI deve ser feita, que indiquem os membros e a façam. É simples!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

Portanto, está aberto o prazo até amanhã, no início da sessão para contestação. Amanhã apresentaremos um novo cálculo da composição, desconsiderando a participação dos partidos que formalizaram o seu desejo e abrindo espaço para que os demais façam as indicações.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, foi feito juntamente com a assessoria a verificação das assinaturas e, portanto, foi dado prosseguimento.

Mas, falando como deputado, gostaria de saber para onde vai o resultado final desta CPI? Para o Ministério Público? Vamos fazer a CPI do Ministério Público e mandar o resultado para o Ministério Público, sendo que lá em Brasília já está sendo investigado o fato.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Nessa lógica do deputado Kennedy Nunes, não é necessário haver investigação em lugar algum. Na realidade o objeto de uma CPI não é apenas a ótica do Ministério Público, mas a ótica pública da cidadania, do Conselho Nacional de Justiça, do debate democrático

nesta Casa entre o Parlamento e a sociedade catarinense. Por isso, permito-me, deputado Kennedy Nunes, dizer que vamos entregar ao Ministério Público, mas também vamos levar para outros órgãos, porque se faz necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradeço, deputado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero deixar duas questões consolidadas para que os telespectadores possam acompanhar. Essa é a primeira CPI da história da República, do Parlamento, contra o Ministério Público.

E não vamos participar pelo simples fato de que poderíamos convidar o Ministério Público para vir nesta Casa. O procurador-geral viria à Assembleia, como já veio, e poderia dirimir todas as dúvidas numa reunião das comissões técnicas do Parlamento catarinense. Portanto, entendemos que não há necessidade de criação da CPI. Esse é o motivo que nos leva a não participar dessa CPI única na história da República.

O Sr. Deputado Edison Andriano - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andriano.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, gostaria de deixar bem claro que, discordando das colocações do deputado Darci de Matos, esta CPI não é contra o Ministério Público, muito pelo contrário. Tenho um respeito muito grande pela instituição e sua importância. Essa CPI, que já assinei - e já disse que assinaria no ano passado antes do episódio Títton -, é contra a compra de um prédio, que não existe ainda, por R\$ 123 milhões, sem licitação, que no início da sua construção foi embargado pelo próprio Ministério Público. Então se trata de um quadro polêmico.

Agora, dez procuradores do próprio Ministério Público deste estado entraram com uma ação judicial contra as promoções na instituição e ganharam. Houve uma decisão judicial dizendo que aquelas promoções não foram legais.

Eu quero dizer com isso, sr. presidente, com todo respeito que tenho ao Ministério Público, que ninguém está isento de fiscalização. Imagina se um prefeito comprasse um prédio por R\$ 5 milhões sem licitação. O Ministério Público ia deixar isso passar em branco? Não, sr. presidente! Então, não é contra o Ministério Público, instituição pela qual temos o maior respeito.

Outro dia ouvi uma declaração de um procurador dizendo que justamente quem assinou é quem possui problema com o Ministério Público. Eu não tenho nenhum problema com o Ministério Público. E quem não assinou tem problema com o Ministério Público? Também me parece que não tem! Quem não assinou não tem. Não assinou com medo. E quem assinou também não assinou porque tem problema e sim porque achou que deveria haver uma investigação em cima da compra de um prédio por R\$ 123 milhões, muito mal explicada até agora.

Eu espero que nessa CPI o Ministério Público explique e convença não a Assembleia, mas a população catarinense, que eles estão corretos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Dirce Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não tenho dúvida de que a nossa função é provocar discussão, discutir com as bancadas. Historicamente as bancadas têm participado nesta Casa das apurações, de situações como esta. Nós não temos problemas com o Ministério Público, queremos uma apuração concreta, clara, para a sociedade catarinense, dessa situação. Não é porque seria a primeira ou a última CPI contra o Ministério Público que vamos deixar de fazer o nosso trabalho, porque é função deste Parlamento deixar claro o investimento do dinheiro público no estado e no país.

Este Parlamento tem a responsabilidade de ajudar a fiscalizar a aplicação do dinheiro público. E nesse caso está claro que precisa ser melhor esclarecido. A CPI tem o papel de investigar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Encerrada a discussão sobre a CPI.

Finda a Ordem do Dia.

(Passa a ler.)

"Requerimento sobre a mesa, com amparo no Regimento Interno, requer que a suspensão da sessão ordinária, no dia 22 de abril, pelo tempo de até dez minutos, após a Ordem do Dia, para a divulgação e convite para a 5ª Festa da Madeira, em Otacílio Costa."

O presente requerimento está subscrito por todos os líderes partidários. Portanto, preenche os requisitos.

Está Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos e convida o sr. Luiz Carlos Xavier, popular Tio Liga, com a sua comitiva, a rainha e as princesas da Festa da Madeira para usarem a tribuna desta Casa Legislativa, pelo tempo estabelecido.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, delegação de Otacílio Costa, nosso prefeito, vereador, rainha e as princesas, cumprimento-os e desejo uma boa festa.

Trago o tema sobre a BR-280, trecho federalizado de Canoinhas a Porto União. Gostaria de falar sobre algumas grandes obras federais que estão sendo realizadas no nosso estado, que são o grande destaque dos últimos anos na área de infraestrutura, já que estamos terminando os últimos gargalos da BR-101 sul.

Mas quero dizer que nas últimas semanas tivemos uma grande ação lá no município de Xanxerê, na travessia urbana, quando tivemos o retorno da obra para terminar a parte central da rodovia e o elevado daquela cidade, que foi uma das grandes preocupações no referido município.

No último sábado também fomos até o acesso de Chapecó, que será uma obra extraordinária, juntamente com os nossos deputados estaduais; nosso deputado federal, Pedro Uczai; nosso presidente, Cláudio Vignatti; e que resolverá o gargalo da entrada e saída da nossa querida cidade de Chapecó.

A obra está na reta final e a expectativa é que em maio ela seja de fato entregue, com uma extraordinária visão de cima do elevado que vai do trevo da BR-282 ao acesso a Chapecó. A referida obra custará R\$100 milhões, e contará, em 80%, com recursos do governo federal, 20% dos recursos do estado e, com a participação do município com a elaboração do projeto técnico. É uma grande conquista.

Estamos cobrando uma audiência com o ministro dos Transportes na semana que vem em Brasília, deputado Silvío Dreveck, para incluirmos a duplicação da BR-282 do município de Irani até São Miguel d' Oeste no PAC III, que vai ser lançado pela Dilma Rousseff, que é a principal rodovia, nosso tronco rodoviário que liga o extremo oeste, na divisa da Argentina com o litoral catarinense.

Estaremos levando esta pauta junto com os prefeitos, com as associações dos municípios e as entidades do oeste para o ministro dos Transportes, em Brasília, e também a questão das nossas ferrovias, a integração do oeste ao litoral, para ser incluída no PAC III. São reivindicações muito grandes e a comunidade está mobilizada para incluir essa ferrovia no PAC III com as duas frentes parlamentares, com a frente que coordeno aqui na Assembleia Legislativa e a Frente Nacional, coordenada pelo deputado Pedro Uczai.

Nós temos uma agenda intensa em Brasília para incluir estas duas grandes obras no PAC III. Além disso, da BR-163 que já está em pleno andamento ligando São Miguel d' Oeste a Dionísio Cerqueira. E agora no processo de federalização do trecho sul que liga o Rio Grande do Sul, um trecho que está bem encaminhado, nos últimos detalhes, no processo de federalização, aos municípios de Itapiranga a São Miguel d' Oeste, que no futuro será a nossa grande rodovia do extremo oeste, ligando Rio Grande do Sul com a luta pela ponte na travessia do Rio Uruguai, o Rio Grande do Sul ao Paraná pela fronteira com a Argentina para aquela importante rodovia da BR-163.

Estivemos no ministério do Trabalho trabalhando na perspectiva de ligar a BR-158 a BR-282, nos municípios de Maravilha, Cunha Porã, passando por Campo Erê e Paraná, porque esta é também uma importante rodovia que, entendemos, precisa ter federalizado o trecho de Campo Erê até Maravilha, divisa da BR-282, que é uma rodovia que há muitos anos é reivindicada pela comunidade regional para ser mais uma grande linha de transporte, ligando o sul ao centro oeste do nosso país.

E por último, falando da Rodovia SC-280, trecho de Canoinhas a Porto União, gostaria de dizer que fizemos uma ampla mobilização da comunidade - pois o estado não deu conta em resolver os gargalos e fazer melhorias naquela rodovia -, para federalizar, a exemplo do que acontece de Canoinhas até São Francisco do Sul, até o porto. Foi federalizado, o DNIT assumiu a rodovia, já está fazendo toda a reestruturação, uma reforma, um investimento grandioso naquela rodovia, mas temos agora a situação da margem, a área de domínio da rodovia junto ao DNIT.

Então, temos uma decisão do DNIT para a desocupação da área de domínio, porque nessa área existem muitas propriedades de agricultores, mas também temos problemas sérios com comércio, com empresas instaladas nessa região.

E amanhã, vamos ter uma reunião às 17h, com o DNIT, nesta Casa, na sala de imprensa, para discutir o tema da federalização da SC-280, ligando a cidade de Canoinhas a Porto União. Vamos debater o tema das indenizações das propriedades e o prazo que as famílias e os proprietários da região vão ter para desocupar a área. Já pedimos também uma audiência pública nessa região, mas ainda não foi possível agendar.

Nós sempre temos um grande envolvimento com os temas referentes à infraestrutura catarinense, por isso, estamos coordenando a Frente Parlamentar das Ferrovias nesta Casa, porque a infraestrutura é muito necessária para Santa Catarina. Acompanhamos as obras federais, mas

também estamos sempre presentes e cobrando investimentos, reformas das rodovias estaduais, porque temos grandes e várias rodovias no estado com grandes problemas e que não dão mais conta do transporte necessário para várias regiões do nosso estado, inclusive, acompanhamos novas obras que estão sendo realizadas em Santa Catarina como, por exemplo, a ligação da região do vale norte de Santa Catarina a região norte do estado, obra muito reivindicada, passando por Rio do Campo, por Santa Terezinha, ligando o planalto norte do estado até o Paraná.

Então, amanhã vamos fazer uma reunião, nesta Casa, às 17h, para discutir com a comunidade, com as lideranças da região, para buscar os encaminhamentos necessários, e, com certeza, o compromisso do governo federal em não prejudicar os nossos agricultores, a nossa população. Vamos buscar encaminhamentos que possam dar conta, que possam dar tranquilidade ao nosso povo catarinense para que eles possam continuar trabalhando e que os investimentos ocorram e melhorem os transportes em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SHEFFER - Caro deputado Manoel Mota, que preside esta sessão, srs. deputados, sra. deputada, quero aproveitar este momento para referenciar, primeiramente, nas galerias da Assembleia Legislativa, a presença do Lúcio, que veio de Maracajá fazer um convite a todos aqui para uma promoção local. Ele e toda a equipe que dirige a Apae daquele município merecem o nosso respeito, a nossa consideração e o nosso aplauso pelo trabalho significativo que fazem, e agora em maio estão fazendo mais um grande evento para arrecadar fundos para aquela instituição.

Na tarde de hoje quero aqui trazer para reflexão desta Casa e de todos os telespectadores a questão da partilha dos recursos dos três entes federados do Brasil: união, estado e municípios.

Deputados Manoel Mota, v.exa. que já foi prefeito de Araranguá, e Silvio Dreveck, que já foi prefeito também na sua cidade, sabem do histórico de escravismo que vive o sistema municipalista brasileiro.

Ao longo dos anos, a união acabou concentrando muitos recursos financeiros na sua mão e poder em detrimento dos municípios, dos estados e, acima de tudo, dos cidadãos, e isso tem causado uma crise muito forte em todos os municípios não somente de Santa Catarina como do Brasil.

Se nós perguntarmos hoje a um prefeito de uma cidade média para pequena se consegue realizar uma obra de R\$ 200 mil, R\$ 300 mil com recursos próprios, exclusivos da receita municipal, ele dirá que terá dificuldade.

Por isso quero aqui, juntamente com o movimento municipalista, com a Fecam, deputado Manoel Mota, trazer para reflexão de todos nós um gráfico em que os números dizem tudo.

Em 1991, a união ficava com 51% de todos os impostos pagos no país, os estados brasileiros com 30% e os municípios, as cidades com 19%.

Já no ano de 2000 esses percentuais começaram a alterar. A união passou para 62%, o estado já caiu para 24% e os municípios arrecadavam apenas 14%. E agora, mais recentemente, há dois anos, no ano de 2012, a união ficou com 60% de todos os impostos pagos neste país, os es-

tados diminuíram um pouco mais para 23% e os municípios arrecadaram, em média, 17%.

Esses são dados oficiais da Federação Catarinense dos Municípios - Fecam -, o que traz para todos nós a reflexão de que há concentração do poder e necessidade de se discutir um novo pacto na Federação, definindo funções entre estados, municípios e governo federal.

Não bastasse isso, os municípios também ficam reféns. E nós, que fomos prefeito de Sombrio durante oito anos, também tivemos o privilégio de presidir a Fecam.

Vivemos muito bem isso. Os municípios ainda ficam reféns das políticas públicas, tanto estaduais quanto federais, que acabam criando mecanismos que levam as nossas prefeituras a criar programas que acabam tendo que ter uma contrapartida do município muitas vezes maior do que a entidade que propôs a criação desse projeto.

Boa parte do custeio do programa, das equipes da Saúde da Família, enfim, de uma série de outros programas da área social, programas esses estaduais e federais, é feito pelas prefeituras, onerando ainda mais a folha de recursos das nossas prefeituras.

Por isso é necessário que a sociedade, que as instituições façam uma reflexão sobre este tema, para uma readequação, um reequilíbrio dessa situação. Porque como está no momento hoje, deputado Dirceu Dresch, é impossível uma cidade média, pequena, executar um planejamento da sua gestão.

Vejam que a proposta atual da Federação Catarinense dos Municípios e também da Confederação Nacional dos Municípios, foi criada a partir dos anos 80 para defender os interesses das cidades, porque é nela que a pessoa precisa do serviço público ao seu alcance, e é justamente essa cidade que recebe menos recursos dos impostos pagos pelo cidadão, pelo contribuinte.

O que é a proposta ideal liderada pela Fecam aqui em Santa Catarina e também pela CNM em nível nacional? Seria que a União, definindo as suas funções, cuidasse da economia, da segurança nacional e de projetos macros. E para isso ela ficaria com 25%. Seria definir também as funções executivas dos governos estaduais: a União ficaria com 45%, os estados com 25%, aumentando um pouco a receita dos estados, e os municípios ficariam com 30% do bolo tributário nacional para poder executar as políticas públicas e aí, sim, melhorar de maneira significativa o planejamento da gestão municipal.

O prefeito, hoje, tem que fazer o quê? Embarcar na segunda-feira num carro e vir a Florianópolis, ou pegar um avião e ir a Brasília gastando com transporte, com diária, com alimentação para poder realizar as obras no seu município, porque a totalidade das suas receitas está ficando no custeio, na manutenção da máquina.

Vários programas foram criados e aumentou significativamente a despesa com a folha de pessoal. Está aí o piso, justo, do magistério, e outros programas que foram criados que oneraram a folha de pagamento das prefeituras, tirando do prefeito a capacidade de investimento.

Por isso, queremos aqui hipotecar o nosso apoio à Fecam, deputado Manoel Mota, e pedir o apoio de todos os parlamentares desta Casa para lutarmos pelo fortalecimento das cidades, dos municípios, e com isso melhorar a qualidade de vida das nossas cidades.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado José Milton Scheffer, quero parabenizá-lo e dizer que esse é um dos grandes debates que teremos pela frente, com certeza, nos próximos anos.

Hoje pela manhã fiz um pronunciamento e trouxe um conjunto de dados sobre essa situação. Felizmente, estamos criando no Brasil a perspectiva de um respeito maior e de reconhecer os problemas que os municípios enfrentam. Eu, especialmente, sou de um pequeno município e conheço muito bem isso.

Agora, por outro lado, e falava isso de manhã, os municípios também precisam reconhecer o avanço que tivemos nos últimos anos. A participação dos municípios passou de 14% para 17%. Então, há um reconhecimento, um aumento de investimentos e a criação de importantes políticas também da União que ajudam os municípios, como foi agora a entrega de máquinas para todos os municípios com menos de 50 mil habitantes.

Então, ainda precisamos avançar, mas também temos que reconhecer esse avanço.

Há também a discussão com os estados, porque eles também estão repassando, e aqui especialmente Santa Catarina, muito serviço para os municípios. Epagri, bombeiro, educação estão passando para os municípios. Então, estado, União e municípios precisam discutir isso e construir algo cada vez mais justo e necessário para o povo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Com certeza, deputado Dirceu Dresch, o que se busca é uma autonomia municipal em que os municípios possam, com mais recursos em caixa, fazer um planejamento e executar obras.

Mas, sem dúvida nenhuma, a pressão do movimento tem feito com que a receita cresça e o caminho é um só, e todo prefeito sabe disso: continuar a fortalecer a pauta municipalista. E o prefeito também tem que ficar esperto na hora de construir um equipamento público, porque aquilo gera despesa, e a despesa é eterna. A construção de uma creche ou de um posto de saúde, através de um convênio, dura um ou dois anos, mas a sua manutenção acaba, muitas vezes, em dois ou três anos, cobrindo todo o valor daquele investimento, mas é eterno para a vida do município. E isso tem causado um problema muito sério para as finanças dos municípios.

Por isso fica aqui a nossa colocação, o pedido de apoio para que se construa um novo pacto federativo no nosso Brasil, com uma política fiscal mais justa para quem paga, mas também para o contribuinte que mora e precisa do serviço público lá na sua cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Gostaria de cumprimentar o Lúcio pelo convite. Dia 17 de maio será um dia histórico, a feijoada em Maracajá é fundamental para a Apae e nós convidamos os parlamentares para que se façam presentes.

Com muita honra registro a presença do prefeito Antônio Felipe, de Pedras Grandes, que se encontra aqui a trabalho pelo seu município e prestigiando o Parlamento na tarde de hoje.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A P R E S I D Ê N C I A D L

A T O D A P R E S I D Ê N C I A N º 0 2 6 - D L , d e 2 0 1 4

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
 CONCEDE licença ao Senhor Deputado Gelson Merisio, nos dias 25 e 26 do corrente mês, sem remuneração, para tratar de assuntos particulares.
 PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 24 de junho de 2014.

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente, e.e.

*** X X X ***

A T O D A P R E S I D Ê N C I A N º 0 2 7 - D L , d e 2 0 1 4

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 004-DL, de 18 de fevereiro de 2014.

Substitui os Deputados Valdir Cobalchini, Ada Faraco De Luca e Carlos Chiodini, nas Comissões de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de Legislação Participativa e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente, pelo Deputado Paulo França.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Marcos Vieira

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Neodi Saretta

Deputada Ana Paula Lima

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Aldo Schneider

Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Marcos Vieira

Deputada Angela Albino

Deputado Dirceu Dresch

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Darci de Matos

Deputado Valmir Comin

Deputado Renato Hinnig

Deputado Antonio Aguiar

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Marcos Vieira

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Eni Voltolini

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Renato Hinnig

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Dóia Guglielmi

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Dirceu Dresch

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Carlos Chiodini

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Deputado Gilmar Knaesel

Deputada Angela Albino

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Ciro Roza

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Antonio Aguiar

Deputada Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Marcos Vieira

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Gelson Merisio

Deputado Eni Voltolini

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Paulo França

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Dado Cherem

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Carlos Chiodini

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Serafim Venzon

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Ciro Roza

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Antonio Aguiar

Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Serafim Venzon

Deputada Angela Albino

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Darci de Matos

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Renato Hinnig

Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Dado Cherem

Deputada Angela Albino

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Gelson Merisio

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Carlos Chiodini

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL,

COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Dado Cherem

Deputado Neodi Saretta

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Edison Andrino

Deputado Aldo Schneider

Deputada Angela Albino

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Taxista Voltolini

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Ciro Roza

Deputado Valmir Comin

Deputada Ada Faraco De Luca

Deputado Edison Andrino

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Dóia Guglielmi

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Eni Voltolini

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Edison Andrino

Deputado Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Gilmar Knaesel

Deputada Angela Albino

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Darci de Matos

Deputado Eni Voltolini

Deputado Paulo França

Deputado Edison Andrino

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Taxista Voltolini

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Aldo Schneider

Deputado Mauro de Nadal

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Serafim Venzon

Deputado Taxista Voltolini

Deputada Luciane Carminatti

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado José Milton Scheffer

Deputada Ada Faraco De Luca

Deputada Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Deputado Serafim Venzon
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Valmir Comin
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado *Paulo França*
 Deputado Taxista Voltolini
COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
 Deputado Dado Cherem
 Deputada Ana Paula Lima
 Deputado Ismael dos Santos
 Deputado Eni Voltolini
 Deputada Ada Faraco De Luca
 Deputada Dirce Heiderscheidt
 Deputado Narcizo Parisotto
 PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 25 de junho de 2014

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente, e.e.

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 028-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Parlamentar, integrado pelos Senhores Deputados Manoel Mota, Valmir Comin, Volnei Morastoni, Dóia Guglielmi, Narcizo Parisotto, Sargento Amauri Soares, José Nei A. Ascari, Ângela Albino e Altair Guidi, para acompanhar as obras de pavimentação das Rodovias SC-450 (Serra do Faxinal) e da BR-285 (Serra da Rocinha), PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 25 de junho de 2014.

Deputado JOARES PONTICELLI

Presidente, e.e.

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 343, de 13 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0204/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **CLAUDIO JOSE RAMOS COUTO**, matrícula nº 1399, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 2,50%(dois vírgula cinquenta por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão DAS-6; 15,83% (quinze vírgula oitenta e três por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3 e 11,67% (onze vírgula sessenta e sete por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, totalizando 30%(trinta por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 7 de fevereiro de 2014.

Republicado por Incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 353, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **MARIA DE LOURDES NASARIO**, matrícula nº 2123, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria técnica-consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de junho de 2014 (MD - Consultoria Legislativa).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 354, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0695/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **LAURICI SILVA DO HERVAL**, matrícula nº 2001, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 77,50% (setenta e sete vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3 e 22,50%(vinte e dois vírgula cinquenta por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-2, totalizando 100% (cem por cento);

b) 100% (cem por cento) do valor equivalente a FC-3 como gratificação de exercício, totalizando 100%(cem por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 1º de julho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 355, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **LAURICI SILVA DO HERVAL**, matrícula nº 2001, da função em Comissão Legal - Avaliação de Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 356, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **LAURICI SILVA DO HERVAL**, matrícula nº 2001, da função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio a Averbção de Documentação, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2014 (DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 357, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e dos arts. 18 e 26 da Resolução 009, de 19 de dezembro de 2013.

DESIGNAR a servidora **FABIOLA FERREIRA DE MACEDO**, matrícula nº 6325, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função em Comissão Legal - Avaliação de Desempenho Funcional, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de julho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 358, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **CLAUDIR JOSÉ MARTINS**, matrícula nº 1501, da função em Comissão Legal - Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de junho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 359, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1141/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **VANEO NIEHUES**, matrícula nº 1585, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 20% (vinte por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, totalizando 20%(vinte por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 360, de 25 de junho de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1019/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ARILTON ROGERIO ANDRADE PEREIRA**, matrícula nº 865, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 31,67% (trinta e um vírgula sessenta e sete por cento) do valor da função de confiança, código PL/FC-3, mediante substituição de 1,67%(um vírgula sessenta e sete por cento) do valor da diferença do vencimento de seu cargo efetivo e do cargo em comissão, código PL/DCA-2, que acrescidos aos 20%(vinte por cento) do valor da diferença do seu cargo efetivo e do cargo em comissão de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2; e 40%(quarenta por cento) do valor da função de Coordenador de Serviços, código PL/CAS-3 adquiridos anteriormente pela Res. nº 933, de 25/10/1988, totalizam 90% (noventa por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 9 de maio de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 250/14

Ofício nº 147/ CCCI / 2012 Ituporanga, 09 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, referente ao exercício de 2013.

Norberto Sens
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 251/14

Blumenau, 13 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, de Blumenau, referente ao exercício de 2013.

Soraia Edineth Francisco Lobe
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 252/14

Ofício nº 015/2013 Fraiburgo, 11 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Fraiburgo, referente ao exercício de 2013.

Claudio Antonio Padilha
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 253/14

Florianópolis, 03 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Guga Kuerten, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013

Alice Thümmel Kuerten
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 254/14

Of. Circ. Nº 003/2014-ICAP BRUSQUE, 29 de maio de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Catarinense Anjos do Peito, de Brusque, referente ao exercício de 2013.

Valberto Dell Antonia
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 255/14

Ofício nº 031/2014 Florianópolis, 14 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social Arquidiocesana da Arquidiocese de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Fernando Anísio Batista
Coordenador

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 256/14

Ofício nº 086/2014 Florianópolis, 10 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Irmandade do Divino Espírito Santo e Asilo de Órfãos São Vicente de Paula, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013

Clenio Roberto Klein
Superintendente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 257/14

Ofício nº 025/2014 Urubici, 03 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais Amigos dos Excepcionais (APAE), de Urubici, referente ao exercício de 2013

Alex Sander Godinho Correa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 258/14

Joinville, 06 de maio de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Bethesda, de Joinville, referente ao exercício de 2013.

Valmir Sebastião Brúske
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 259/14

Of. Nº 089/2014 Criciúma, 06 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma (AFASC), de Criciúma, referente ao exercício de 2013
Izabel Cristina Grijó Búriço
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 260/14

Of. Nº 087/2014 Florianópolis, 10 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Promocional do Menor Trabalhador, de Florianópolis, referente ao exercício de 2013
Clenio Roberto Klein
Superintendente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 261/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Chapecó e Região Convention & Visitors Bureau, de Chapecó, referente ao exercício de 2013.
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 262/14

Ofício Nº 070/14 Correia Pinto, 20 de maio de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Correia Pinto, referente ao exercício de 2013
Eliane Rita K. Rodrigues
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 263/14

Ofício Nº 03/2014 Capinzal, 09 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Capinzal e Região, em Capinzal, referente ao exercício de 2013.
Edson Luiz Biavatti
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 17/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 264/14

Ofício nº 1206/2014 Capinzal, 12 de junho de 2014
Encaminha documentação da Associação Comunitária de Segurança Pública (ACSP), de Capinzal, solicitando a elaboração de Projeto de Lei de declara de utilidade pública.
Roselei Vilarino Lira Bonadiman
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 265/14

Ofício nº 033/2014 Caçador, 16 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Maria da Rosa (AMAR), de Caçador, referente ao exercício de 2013.
Zilda de Melo Albuquerque
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 266/14

Ofício nº 004/2014 Canoinhas, 04 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Vale do Canoinhas (SAVC), de Canoinhas, referente ao exercício de 2013.
Rafael Mirando da Silva
Representante Legal

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 267/14

Ofício nº IJPB 122/2014 Lages, 10 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto José Paschoal Baggio - Instituto JPB, de Lages, referente ao exercício de 2013.
Isabel Baggio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 268/14

Ofício nº 58/2014 Braço do Trombudo, 12 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Lar Beneficente João 3:16, de Braço do Trombudo, referente ao exercício de 2013.
Jéssica S. Fagundes
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 269/14

Ofício nº 021/2014 Angelina, 09 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Angelina, referente ao exercício de 2013.
Rosa Maria Fernandes Dombrosky
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 270/14

Ofício nº 046/2014 Balneário Camboriú, 12 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo Escoteiro Leão do Mar - 048-SC, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2013.
Odir Antonio Lehmkuhl Junior
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 271/14

Ofício nº 001/2014 Matos Costa, 10 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Bombeiros Comunitários de Matos Costa, referente ao exercício de 2013.
Elson Leonir Marschlk
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 272/14

Ofício nº 53/2014 - GVGF Itajaí, 03 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro de Intervenção e Estimulação Precoce Vovó Biquinha, de Itajaí, referente ao exercício de 2013.
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 273/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Faxinal dos Guedes, referente ao exercício de 2013.
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 274/14

Timbó, 26 de maio de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, referente ao exercício de 2013.
Renaldo Lach
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 275/14

Ofício HSVP/ADM 316/2014 Mafra, 17 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Caridade São Vicente de Paulo, de Mafra, referente ao exercício de 2013.
Luis Fernando Scardazan
Coordenador

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 276/14

Nº ref: SG 121/2014 Florianópolis, 17 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Centro Regional de Tecnologia em Informática de Santa Catarina (CERTI), de Florianópolis, referente ao exercício de 2013.

Carlos Alberto Schneider
Superintendente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 277/14

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2013.

Charles Alfredo Bretzke
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 278/14

Rio do Sul, 18 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul, referente ao exercício de 2013.

Paulo José Fiamoncini
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 279/14

Pomerode, 17 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pomerode (APAE), referente ao exercício de 2013

Riacarla Wachholz Rauh
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 280/14

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Porto Belo, referente ao exercício de 2013

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 281/14

Ofício nº 070/2014 Tubarão, 16 de maio de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tubarão, referente ao exercício de 2013.

Noilda Domingos Fogaça
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 282/14

Ofício nº 015/2014/AHMDJ Brusque, 15 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital e Maternidade Dom Joaquim, de Brusque, referente ao exercício de 2013

Pe. Timoteo José Steinbach
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 283/14

Ofício nº 06/2014 Ascurra, 29 de maio de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Associação de Moradores do Bairro Estação, de Ascurra, referente ao exercício de 2013.

Pedro Berlanda
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 284/14

Ofício nº 021/14 Imaruí, 18 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imaruí, referente ao exercício de 2013

Regiane Damas
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 285/14

Ofício nº 22/14 Guarujá do Sul, 18 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Hospitalar Guarujá, de Guarujá do Sul, referente ao exercício de 2013

Ademar Mantovani
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 286/14

Ofício nº 022/2014 Porto União, 17 de junho de 2014
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala (APADAF), de Porto União, referente ao exercício de 2013.

Eufrázio Xavier de Barros
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1211, de 24 de junho de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Aparecido Voltolini, para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 23 de junho de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
3503	ALBANES BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS	PL/GAB-72
3720	ITAMAR OLOYDE DA SILVA	PL/GAB-62
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	PL/GAB-74
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	PL/GAB-68
4059	LUCIANO PORTO	PL/GAB-69
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	PL/GAB-68
5715	LUIZ CARLOS MENDES	PL/GAB-74
5950	ANA PAULA LUCYK	PL/GAB-49
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	PL/GAB-44
6090	MARILU BERETA CARDOSO	PL/GAB-41
6121	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	PL/GAB-37
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	PL/GAB-50
6260	ELCIO VICENTIN	PL/GAB-40
6554	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	PL/GAB-23
6553	SILVIA MENDES	PL/GAB-49
6557	MARIA JOSEFINA GAVA	PL/GAB-65
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	PL/GAB-45
6744	SERGIO SACHET	PL/GAB-64
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	PL/GAB-22
7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	PL/GAB-53
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	PL/GAB-54
7390	JULIA PEDROSO ZANATTA	PL/GAB-71

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1212, de 24 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Aparecido Voltolini para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 23 de junho de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
1095	NILZETE ALTHOFF BOLAN BORGES
1585	VANEO NIEHUES
9069	LAURO SONCINI JUNIOR

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1213, de 24 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 23 de junho de 2014.

Gab. Dep. Altair Guidi

Matrícula	Nome
3503	ALBANÊS BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS
6557	MARIA JOSEFINA GAVA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1214, de 24 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 23 de junho de 2014.

Gab. Dep. Altair Guidi

Matrícula	Nome	Cidade
5950	ANA PAULA LUCYK	CRICIÚMA
6554	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	ARARANGUÁ
7342	ANTÔNIO DERLI RODRIGUES DA COSTA	ROMELÂNDIA
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	CRICIÚMA
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	BLUMENAU
6260	ELCIO VICENTIN	CRICIÚMA
7338	FLÁVIO DA SILVA ALVES	TUBARÃO
3720	ITAMAR OLOYDE DA SILVA	IÇARA
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	LAGUNA
6121	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	ORLEANS
7390	JULIA PEDROSO ZANATTA	CRICIÚMA
4059	LUCIANO PORTO	CRICIÚMA
5715	LUIZ CARLOS MENDES	CRICIÚMA
6090	MARILU BERETA CARDOSO	CRICIÚMA
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	LAGUNA
6744	SERGIO SACHET	FLORIANÓPOLIS
6259	SERGIO SAMUEL SOUZA SOARES	FLORIANÓPOLIS
6553	SILVIA MENDES	IÇARA
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	CRICIÚMA
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	CRICIÚMA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1215, de 24 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 16 de junho de 2014.

Gab. Dep. Luiz Eduardo Cherem

Matrícula	Nome
7059	FABIA CRISTINA LOPES ORTIGA
4928	JAQUELINE SILVEIRA DOS SANTOS SOUZA
4337	MARIA EDINARA BERTOLIN

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1216, de 24 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 16 de junho de 2014.

Gab. Dep. Paulo França

Matrícula	Nome
3849	ADRIANE APARECIDA CAVAZZOLA PEDROSO
5938	ANDREIA DE FATIMA MAGUELNISKI
7605	FRUTUOSO ALVES DE OLIVEIRA
5640	JOHN MARTINS VIANNA
6584	MAURO ANTONIO ZANOTTO

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1217, de 24 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 014/2014.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
947	Valter Euclides Damasco	
7211	João Gabriel Pereira Zimmermann	
1039	Victor Inácio Kist	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1218, de 25 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1292/2014,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER à servidora **SANDRA MARIA RAIMUNDO MEDEIROS**, matrícula nº 2064, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 3 de junho de 2009 a 2 de junho de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1219, de 25 de junho de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Concedido	Total	Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
LARISSA GARCIA MARTINS	6867	3%	3%	12/5/2014	1069/2014
LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO DUARTE	6701	3%	3%	7/6/2014	1314/2014
NELSON JOSE DA SILVA	6508	3%	3%	8/6/2014	1291/2014
RODRIGO DE SOUZA	6881	3%	3%	2/6/2014	1286/2014
SERGIO LUIZ DA SILVA	6610	3%	3%	9/6/2014	1287/2014
SIDNEI ROBERTO POFFO	6162	3%	3%	3/6/2014	1285/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 180.9/ 2014

Declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tratamento de Adições - CTRAD, com sede no município de Içara.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tratamento de Adições - CTRAD, com sede no Município de Içara.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente
Sessão de 24/06/14

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública estadual o **Centro de Tratamento de Adições - CTRAD**, do município de Içara, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Deputado Joares Ponticelli

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0181.0/2014

Institui a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC/SC) no Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (PEPIC/SC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Santa Catarina.

§ 1º A Política Estadual de que trata o caput deste artigo será implementada em consonância com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), aprovada por meio da Portaria MS nº 971, de 3 de maio de 2006.

§ 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por Práticas Integrativas e Complementares aquelas realizadas para promoção e recuperação da saúde, entre as quais se incluem as práticas de acupuntura/medicina tradicional chinesa, homeopatia, fitoterapia, termalismo, crenoterapia, talassoterapia, antroposofia, entre outras, nos termos do Anexo Único desta Lei, bem como as práticas que possam vir a ser incorporadas tanto pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Ministério da Saúde, quanto por recomendação do Núcleo Executivo Consultivo na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC).

Art. 2º As Práticas Integrativas e Complementares constituem-se Política Pública que contempla ações de educação, prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, observando-se seu preceito legal e os requisitos de segurança, eficácia, qualidade, uso racional, acesso e a abordagem, de modo integral e dinâmico, do processo saúde-doença no ser humano e na sociedade.

Art. 3º São objetivos da PEPIC/SC:

I - implantar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde do Estado de Santa Catarina (SUS/SC) em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde;

II - aumentar a resolutividade do Sistema e garantir o acesso às Práticas Integrativas e Complementares, garantindo a qualidade, eficácia e segurança de seu uso;

III - promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas para o desenvolvimento sustentável de comunidades;

IV - estimular as ações referentes ao controle e participação social, promovendo o envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e trabalhadores, nas diferentes instâncias de efetivação das políticas de saúde no Estado de Santa Catarina;

V - promover ações educativas de formação e atualização técnica na área das Práticas Integrativas e Complementares para profissionais da saúde que atuam no SUS;

VI - garantir recursos do Estado para implantação das Práticas Integrativas e Complementares em todos os níveis de atenção em saúde no âmbito do SUS/SC;

VII - promover a troca de experiências entre os diversos municípios e instituições que desenvolvem Práticas Integrativas e Complementares vinculadas ao SUS no Estado de Santa Catarina; e

VIII - definir diretrizes e estratégias dos gestores estadual e municipais para implantação, implementação e coordenação das Práticas Integrativas e Complementares no SUS, devidamente pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e aprovadas pelo Conselho Estadual de Saúde (CES);

Art. 4º As diretrizes da PEPIC/SC terão por base o disposto no inciso II do art. 198 da Constituição Federal, que dispõe sobre a integralidade das ações e dos serviços no SUS, bem como no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.080/90, que diz respeito às ações destinadas a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social, como fatores determinantes e condicionantes da saúde.

Art. 5º A regulamentação da PEPIC/SC deverá contemplar estratégia de gestão que assegure a participação intersetorial dos órgãos oficiais, bem como representação de entidades sociais, associativas, científicas e afins.

Art. 6º A execução PEPIC/SC deverá ocorrer de forma descentralizada, respeitando a vocação estadual e a estruturação da rede de competências da cadeia produtiva, programando e executando, de forma integrada, as questões educacionais, avaliativas, diagnósticas, ambientais e científico-tecnológicas, dentro de uma ampla estratégia de desenvolvimento sustentável no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, a gestão da PEPIC/SC de que trata esta Lei; aos municípios, a sua aplicação no âmbito dos serviços de saúde sob sua responsabilidade, de acordo com o princípio da descentralização; e à Secretaria de Estado da Saúde, ser solidária aos municípios nestas ações.

Parágrafo único. O Coordenador da PEPIC/SC, designado para cargo comissionado, vinculado ou não à Secretaria de Estado de Saúde, deverá apresentar os seguintes requisitos:

I - ser profissional da área da saúde, possuir conhecimento técnico sobre o SUS e estar devidamente registrado no respectivo órgão de classe;

II - atuar profissionalmente em uma ou mais áreas das Práticas Integrativas e Complementares por, no mínimo, 03 (três) anos; e

III - ter atuado em ações de promoção ou realização de Práticas Integrativas e Complementares em instituições públicas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Fica instituído o Núcleo Executivo Consultivo (NEC), visando maior articulação intersetorial, capilaridade institucional e geográfica e apoio técnico ao Coordenador da PEPIC/SC.

§ 1º O Núcleo Executivo Consultivo de que trata o *caput* deste artigo será composto por:

I - Coordenador da PEPIC/SC, que coordenará o Núcleo Executivo Consultivo - NEC;

II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde que tenha conhecimento técnico em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica no desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) no SUS;

III - o Presidente do Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) ou um secretário municipal de saúde ligado às Práticas Integrativas e Complementares do SUS por ele designado;

IV - 01 (um) representante do Conselho Estadual da Saúde, designado dentre os membros que não sejam da administração estadual, e que tenha afinidade com o tema como profissional ou usuário; e

V - 01 (um) representante da Câmara Setorial de Plantas Medicinais de Santa Catarina, indicado por esta;

§ 2º O NEC emitirá pareceres, sugestões e propostas à Coordenação da PEPIC, para o que poderá contar com membros transitórios ou *ad hoc* convidados, conforme o § 3º do artigo 8º desta Lei.

§ 3º O voto, nos processos decisórios no NEC, dar-se-á por maioria simples de seus membros permanentes.

§ 4º O NEC poderá escolher para assessoramento e composição de seu corpo de integrantes, *ad hoc*, profissionais de saúde ou representantes de instituições associativas, conselhos profissionais, de ensino ou de outras instituições, que atuarão por tempo limitado ou pontualmente, em assuntos e ações específicas.

§ 5º Os representantes no NEC não serão remunerados, tendo em vista o mérito de interesse público do Núcleo, podendo, entretanto, serem ressarcidos das despesas inerentes ao exercício da função.

§ 6º As decisões do NEC, no que couber, serão reguladas pela Secretaria de Estado da Saúde, com a participação do Conselho Estadual de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) submetidas a homologação e consenso na Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC) e Conselho Estadual de Saúde (CES).

Art. 9º O mandato dos membros do NEC será de 4 (quatro) anos, permitida apenas uma recondução.

Art. 10. Os órgãos e entidades do Poder Executivo, cujas ações relacionem-se com a demanda da PEPIC/SC, devem elaborar programas, projetos e atividades, nos respectivos planos de saúde estadual e municipais, em conformidade com as diretrizes e responsabilidades estabelecidas nesta Política Estadual.

Art. 11. As diretrizes básicas da PEPIC/SC são:

I - a estruturação e fortalecimento da atenção em PIC no SUS/SC, mediante:

a) estruturação e manutenção da Coordenação Estadual e o Núcleo Executivo Consultivo articulado como responsáveis técnicos pelas ações da PEPIC/SC, contemplando referências técnicas para cada área das Práticas Integrativas e Complementares (PIC);

b) divulgação dos conhecimentos sobre as PIC para os profissionais da saúde e usuários do SUS, por meio de campanhas publicitárias;

c) fortalecimento da participação social e estímulo à participação de profissionais e usuários do SUS nos Conselhos de Saúde;

d) incentivo à inserção das PIC em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção primária à saúde, com acesso definidos de acordo com as realidades regionais;

e) promoção e prestação de assessoria técnica para implantação e desenvolvimento de programas congêneres no âmbito dos municípios do Estado;

f) promoção do acesso aos medicamentos, insumos e equipamentos relacionados às PIC;

g) estímulo ao desenvolvimento de atividades intersetoriais voltadas às PIC para a promoção da saúde; a produção de plantas medicinais para uso *in natura*, manipuladas ou como insumos para a indústria farmacêutica e produtos de valor agregado; a adequação tecnológica dos setores farmacêutico e agrônomico catarinenses, e a geração de emprego e renda, fundamentadas no desenvolvimento sustentável e no manejo racional da biodiversidade no Estado, considerando-se os aspectos sociais, econômicos e ecológicos inerentes;

h) estabelecimento de articulação com as diversas Políticas Nacionais envolvidas com as PIC;

i) divulgação das PIC nos municípios catarinenses;

j) realização de fóruns técnico-científicos e debate entre os municípios, com periodicidade determinada, presenciais ou por meio de videoconferências ou outros meios, para fomentar a participação nas Conferências estaduais e nacionais sobre as PIC;

l) identificação de habilidades e competências em PIC nas instituições de ensino e de pesquisa no Estado e socializar estas informações;

m) promoção de intercâmbio com outros estados e países com experiências em PIC;

n) identificação de habilidades e experiências exitosas nos municípios e socializá-las; e

o) promoção e monitoramento da qualidade dos fitoterápicos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

II - coordenação e acompanhamento da atenção em PIC, a fim de:

a) fornecer aos municípios assessoria técnica no processo de qualificação da atenção em PIC, no planejamento e normatização em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção primária à saúde;

b) assessorar os municípios, no que tange à informação de dados referentes às PIC no Ministério da Saúde;

c) promover articulação intersetorial com as demais Políticas existentes, órgãos públicos e instituições não governamentais; e

d) estimular ações conjuntas sobre as PIC, tanto para saúde humana quanto animal;

e) estabelecer Normas Técnicas e Operacionais para implantação e desenvolvimento das abordagens em PIC no SUS, por meios da padronização dos critérios para direcionar e orientar o exercício das PIC;

III - a qualificação técnica em PIC para profissionais do SUS (educação permanente) e informações sobre as PIC na educação popular ou em saúde, voltada aos usuários, a fim de:

a) capacitar e qualificar em PIC os profissionais com atuação no SUS/SC, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos para Educação Permanente;

b) treinar os profissionais da saúde na utilização racional da fitoterapia, homeopatia, antroposofia, medicina tradicional chinesa /acupuntura e outras PIC;

c) estimular a inclusão de conteúdos nos currículos dos cursos universitários das áreas relacionadas com as PIC;

d) divulgar os conhecimentos básicos das PIC para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, considerando as metodologias participativas e o saber popular e tradicional;

e) promover a educação popular nas diversas áreas das PIC;

f) estimular o resgate cultural sobre o uso das PIC no Estado;

g) apoiar, técnica e/ou financeiramente, projetos de qualificação de profissionais para atuação na área de informação, comunicação e educação popular em PIC que atuem na estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde;

h) viabilizar e fornecer material e outros instrumentos didáticos necessários à Educação Permanente em Práticas Integrativas e Complementares no Estado de Santa Catarina;

i) promover articulações com instituições de ensino do Estado;

j) desenvolver estratégias de qualificação e capacitação de Recursos Humanos em PIC para profissionais no SUS, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos para Educação Permanente;

l) promover a educação permanente para o trabalhador em saúde e profissionais da rede do SUS por meio de convênios e parcerias com instituições educacionais em todos os níveis;

m) promover educação permanente dirigida a profissionais da rede pública não ligados às Práticas Integrativas e Complementares com caráter formativo, informativo e instrutivo;

n) proporcionar treinamento específico para produtores rurais sobre aspectos agrônomicos e de beneficiamento das plantas medicinais; e

o) promover seminários estaduais sobre as PIC;

IV - a criação de mecanismos de financiamento da Política, mediante:

a) instituição de linhas de crédito para os produtores de plantas medicinais em Santa Catarina;

b) definição de mecanismos eficazes de regulação de preço dos produtos (plantas medicinais e fitoterápicos) de forma a garantir a viabilidade econômica para o produtor e a acessibilidade à população;

c) aporte de recursos financeiros das Secretarias Estaduais da Saúde, da Agricultura e Pesca, da Educação, do Desenvolvimento Econômico Sustentável, bem como de recursos advindos de doações de instituições, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

d) a inclusão de recursos financeiros no planejamento financeiro anual das Secretarias de Estado envolvidas, especificamente para ações desta Política;

V - a pesquisa em PIC, mediante:

a) incentivo à pesquisa em PIC com vistas ao aprimoramento da atenção à saúde, avaliando eficiência, eficácia, efetividade e segurança dos cuidados prestados aos usuários de SUS;

b) promoção de cooperação nacional e internacional das experiências em Práticas Integrativas e Complementares nos campos da atenção e da pesquisa em saúde do SUS;

c) estabelecimento de intercâmbio técnico-científico, visando ao conhecimento e à troca de informações decorrentes das experiências no campo da atenção à saúde, à formação, à educação permanente e à pesquisa em parceria com unidades federativas e países, onde as PIC estejam integradas ao serviço público de saúde;

d) desenvolvimento das pesquisas agrônômica, tecnológica, farmacológica e clínica que se fizerem necessárias em relação às plantas medicinais e fitoterápicas incluídas na Política;

e) desenvolvimento de pesquisas e tecnologias aplicáveis à produção de insumos e produtos fitoterápicos, em parcerias, envolvendo empresas, governo, universidades e centros de pesquisa;

f) desenvolvimento de pesquisas das PIC na área humana e veterinária da saúde pública.

VI - a avaliação e o monitoramento das PIC nos municípios, mediante:

a) o acompanhamento e avaliação das PIC como instrumentos de gestão pela Secretaria Estadual de Saúde;

b) a elaboração mecanismos de acompanhamento dos serviços de fornecimento de medicamentos municipais e estaduais garantindo a visibilidade dos dados no SIA/SUS e sua disponibilização e divulgação para pesquisas;

c) a criação de um Banco de Dados Estadual para disponibilização e divulgação de dados para pesquisas; e

d) a inclusão de novas abordagens de acordo com a demanda, segurança e eficácia das práticas a todos os níveis de atenção.

VII - o acompanhamento e a coordenação da assistência farmacêutica para o uso de plantas medicinais, fitoterápicos e medicamentos homeopáticos, mediante:

a) o provimento do acesso a medicamentos homeopáticos e fitoterápicos na perspectiva da ampliação da produção, assegurando as especificidades da assistência farmacêutica nesses âmbitos, na regulamentação sanitária;

b) o incentivar a criação de iniciativas de consórcio entre os municípios;

c) a promoção do uso racional de medicamentos homeopáticos, plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, fazendo cumprir os critérios de qualidade, eficácia e segurança e de boas práticas de manipulação e industrialização, de acordo com a legislação vigente;

d) a elaboração de uma relação estadual de medicamentos relacionados as PIC, incluindo as regionais e municipais;

e) a inclusão das plantas medicinais e dos fitoterápicos na PIC com base nas características epidemiológicas da população com base no conhecimento científico sobre as plantas, especialmente no que diz respeito à eficácia, segurança e qualidade, bem como na viabilidade de produção do insumo no Estado e no conhecimento tradicional incorporado;

f) a inclusão das PIC, que se utilizam de produtos terapêuticos, no Plano de Assistência Farmacêutica Municipal junto com a relação da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUNE);

g) a criação de uma referência técnica em Assistência Farmacêutica na Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares da Secretaria Estadual de Saúde.

h) incentivo à produção pública dos medicamentos homeopáticos e fitoterápicos;

i) incentivo a implantação de farmácias públicas de manipulação;

j) disponibilização de assessoria técnica aos municípios para implantação de farmácia pública através de projeto especificando os recursos necessários;

l) o incentivo a adequação de farmácias públicas de manipulação já implantadas;

m) regulamentação do controle da segurança e qualidade de medicamentos e adotar decisões regulatórias e medidas sanitárias pertinentes;

n) definição de parâmetros de qualidade para as plantas medicinais e os fitoterápicos incluídos na PEPIC/SC;

o) o incentivo à criação de hortas caseiras e farmácias vivas incluindo a produção de mudas e a orientação tanto sobre o cultivo, quanto sobre o uso;

p) a autossuficiência na produção estadual de plantas medicinais, como insumo farmacêutico; e

q) monitoramento da qualidade dos fitoterápicos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Saúde e do Orçamento Geral do Estado quando envolver outras Secretarias.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Morastoni - Presidente da Comissão de saúde

Deputado Antonio Aguiar - Vice-Presidente da Comissão de Saúde

Deputado Ciro Roza - Membro da Comissão de Saúde

Deputado Mauro de Nadal - Membro da Comissão de Saúde

Deputado José Milton Scheffer - Membro da Comissão de Saúde

Deputado Sargento Amauri Soares - Membro da Comissão de Saúde

Deputado Serafin Venzon - Membro da Comissão de Saúde

Deputado Padre Pedro Baldissera - 2º Vice-Presidente da ALESC

ANEXO ÚNICO

POLÍTICA DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E

COMPLEMENTARES DE SANTA CATARINA (PEPIC/SC)

OBJETIVOS

I - Implantar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde - SUS em Santa Catarina na perspectiva da prevenção de agravos, da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, de forma multidisciplinar;

II - Estimular a Prática das Terapias Integrativas e Complementares, com ênfase na atenção básica nos diversos níveis de atenção no Estado de Santa Catarina, para contribuir no aumento da resolubilidade do Sistema e ampliação, garantindo assim o acesso, qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso.

III - Promover ações educativas de formação, capacitação e atualização técnica para profissionais da saúde que atuam no Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - Garantir recursos do Estado para a implantação das Práticas nas Redes de Atenção em Saúde do SUS;

V - Promover a troca de experiências entre os municípios e instituições que atuam nas Práticas Integrativas e Complementares no Estado de Santa Catarina;

VI - Promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas para o desenvolvimento sustentável de comunidades;

VII - Estimular as ações referentes ao controle/participação social, promovendo o envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e trabalhadores, nas diferentes instâncias de efetivação das políticas de saúde no estado de Santa Catarina;

VIII - Definir diretrizes e estratégias dos gestores estaduais e municipais para implantação e implementação do Núcleo Executivo Consultivo das Práticas Integrativas e Complementares no SUS;

IX - Definir normas, por meio do Núcleo Executivo Consultivo, quando houver necessidade de se criar um Conselho Consultivo, com vistas a propor e apoiar as ações específicas da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

MEDICINA TRADICIONAL CHINESA - ACUPUNTURA

A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) é caracterizada por um sistema de saúde integral, cuja origem vem de milhares de anos de prática na China.

Pode ser conceituada como uma área do conhecimento que compreende o processo de saúde/doença, como resultado de desarmonias envolvendo diversos fatores, não se restringindo às alterações patológicas orgânicas.

Sua prática engloba a fitoterapia, a dietoterapia, a massoterapia, meditação, práticas corporais, entre outras, além da acupuntura. Ao contrário do que muitos pensam, a acupuntura não é a única prática da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), existem vários tratamentos associados a essa racionalidade.

A prática da acupuntura é uma técnica que aborda de modo integral e dinâmico o processo saúde - doença no ser humano. Esta

prática compreende um conjunto de procedimentos que permite o estímulo preciso de locais anatômicos, definidos através da inserção de agulhas filiformes metálicas, para promoção, manutenção e recuperação da saúde, como para prevenção de agravos e doenças.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece que a acupuntura poderia servir como tratamento principal ou complementar para as mais diversas patologias, por exemplo: enxaquecas, problemas gastrointestinais, alergias e algiás diversas. Além disso, vários estudos têm demonstrado que a acupuntura representa um método terapêutico de grande valor, que age sobre o eixo psico-neuro-imuno-endócrino, comum à influência profunda sobre os problemas físicos, emocionais, sendo recomendável a combinação dessa técnica com outros tratamentos.

Desde o ano de 2002, a OMS procura incentivar a utilização das práticas alternativas nos seus países membros por meio do documento conhecido como "WHO Traditional Medicine - definitions". Esse informe da OMS aponta diversas razões, como o baixo custo e a elevada efetividade, pelas quais as práticas da medicina tradicional, incluindo-se a acupuntura, devem ser utilizadas por seus países membros.

No Brasil, observa-se que há uma forte tendência de manutenção do crescimento das consultas em acupuntura, envolvendo equipes multidisciplinares. No ano de 2012, segundo o Ministério da Saúde, o aumento do uso da acupuntura foi de 27%.

HOMEOPATIA

Em 10 de abril de 1755, nasceu na Saxônia, uma região esplendorosa, com ricos campos de trigo e plantações de uva, às margens do Rio Elba, tendo o castelo de Albrecht ao fundo, proporcionando um aspecto pitoresco e romântico, além de que aos seus arredores, havia sido instalada a primeira fábrica de porcelana da Alemanha, na Cidade de Meissen, o fundador da HOMEOPATIA.

Hahnemann tinha, desde muito tempo, uma preferência especial pela Química, e também, nessa área pouco conhecida, teve grandes logros, como demonstram os valiosos artigos de suas traduções, os vários e originais ensaios científicos que, faziam parte das revistas especializadas, apresentando seus descobrimentos, sobretudo, os diversos reconhecimentos que obteve de destacados alquimistas da época.

Depois de seis anos de intenso trabalho, certo da verdade sobre sua lei de cura: "*Similia Similibus Curantur*" (O Semelhante se cura com o Semelhante), apresentou o resultado já cristalizado de suas pesquisas, na formulação da lei sob o título de "Ensaio sobre um novo princípio para abrir as virtudes curativas das substâncias medicinais".

Seguido de alguns comentários sobre os princípios admitidos até os nossos dias, publicado no Jornal de Hufelang, em 1796, data considerada como a criação da nova Medicina - Hahnemann cria a HOMEOPATIA.

Estava, assim, praticamente desbravado o caminho para a Descoberta da Lei dos Semelhantes, faltando apenas a sua formulação, que não tardaria.

Depois viriam também as sucessivas experimentações com a dinamização progressiva das substâncias.

Daí em diante, em vez da glória da genial descoberta científica que o tempo e a experiência consolidaram, acirrou-se mais ainda contra Hahnemann, o ódio, ciúmes e as paixões desvairadas. Quanto mais debelava epidemias e doenças que a Medicina oficial dos seus colegas não conseguia contornar, mais se acirravam os ânimos contra seu trabalho.

O tratamento homeopático consiste em fornecer aos pacientes sintomáticos doses extremamente pequenas dos agentes que produzem os mesmos sintomas ao ser experimentado em pessoas saudáveis, quando expostas a estes. O medicamento homeopático é preparado em um processo chamado dinamização, consistindo na diluição e sucussão da substância em uma série de passos.

A Homeopatia está baseada no princípio vitalista e no uso da lei dos semelhantes. Essa terapêutica é muito eficaz e segura na cura das doenças, sintomas e no restabelecimento do equilíbrio do indivíduo, na sua totalidade, incluindo os aspectos psíquicos, levando a cura, por isso, os homeopatas acham muito importante que os usuários do SUS tenham acesso a esta terapêutica. Atualmente, existe um grande avanço no número de consultas em Homeopatia, desde sua inserção como procedimento, houve um crescimento anual em torno de dez por cento.

A homeopatia é uma especialidade médica, farmacêutica, veterinária e odontológica reconhecida no Brasil. Para estar habilitado a exercê-la, o médico, depois de formado, precisa obter o título de especialista em Homeopatia, fornecido pela Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB).

PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS

A Fitoterapia é a ciência que estuda a utilização dos produtos de origem vegetal com finalidade terapêutica para prevenção e cura de doenças, tanto na forma de plantas medicinais como fitoterápicos. O

uso de plantas medicinais é uma forma de tratamento de origens muito antigas, relacionada aos primórdios da medicina e fundamentada no acúmulo de informações por sucessivas gerações. O Brasil possui grande potencial para o desenvolvimento dessa terapêutica, pois tem a maior diversidade vegetal do mundo, ampla sociodiversidade, uso de plantas medicinais vinculado ao conhecimento tradicional, e tecnologia para validar cientificamente este conhecimento.

Nesse contexto esta Política Estadual visa garantir à população catarinense o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade também da flora catarinense, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria estadual.

A aprovação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS (Portaria nº 971, de 2006) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813, de 2006) abre portas para uma nova era da Fitoterapia no Brasil, incentivando e possibilitando sua implantação no intuito de promover melhorias na atenção à saúde e na qualidade de vida da população brasileira, além de estimular as produções locais, bem como o resgate do conhecimento popular.

TERMALISMO/CRENOTERAPIA/TALASSOTERAPIA

No que tange ao uso da água como propriedade terapêutica na história da humanidade, pode-se supor que seja usufruída desde a existência do homem de formas diferentes dependendo da cultura. O termo Termalismo está relacionado a um conjunto de atividades terapêuticas desenvolvidas no espaço de um estabelecimento balneário e que têm como agente terapêutico a água termal. Dessa forma é na cultura romana que podemos evidenciar o Termalismo cumprindo um papel importante dentre uma civilização, pois as termas romanas eram voltadas tanto a questões socioculturais quanto ao bem-estar. Os banhos públicos, utilizados pelos romanos, serviam, além de banhar-se, para atividades de esporte e lazer.

As termas ou casas de banho exerciam um papel importante na cultura romana, construídas nos centros das cidades, como visto anteriormente, este local compreendia inúmeras atividades sociais como a terapia pela água com propriedades medicinais.

O uso de águas minerais de maneira complementar aos demais tratamentos de saúde é chamado de Crenoterapia ou Termalismo Social, esta prática é utilizada desde a época do Império Grego. No Brasil, existem muitos recursos naturais para essa terapia e para o seu desenvolvimento no SUS.

A Crenoterapia foi introduzida junto com a colonização portuguesa, que trouxe ao País seus hábitos de usar águas minerais para tratamento de saúde. A técnica sofreu considerável redução de sua produção científica e divulgação, com as mudanças surgidas no campo da medicina e da produção social da saúde como um todo, após o término da Segunda Guerra Mundial, porém sendo reativada pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Em Santa Catarina a disponibilidade de águas é imenso, além das águas minerais e termais possuímos um vasto litoral, proporcionando também a utilização da Talassoterapia, que utiliza a água do mar como uma ferramenta complementar ao tratamento de diversas doenças. Nesse contexto, torna-se bastante interessante incluir essas práticas na Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares.

ANTROPOSOPIA E OUTRAS PRÁTICAS

Segundo Steiner, a Antroposofia é a "ciência espiritual". A Antroposofia é uma filosofia e uma prática que foi erigida por Rudolf Steiner. Ele a apresenta como um caminho para se trilhar em busca da verdade que preenche o abismo historicamente criado desde a escolástica entre fé e ciência. Na visão de Steiner, a realidade é essencialmente espiritual; ele queria treinar as pessoas para superar o mundo material e entender o mundo espiritual através do eu espiritual, de nível superior. Há um tipo de percepção espiritual que opera de forma independente do corpo e dos sentidos corporais.

Considera-se o termo outras práticas todas aquelas que possuam eficácia, resolubilidade e segurança em sua utilização e que estejam sendo praticadas pela população por tradicionalidade ou por inovação. Essas práticas poderão ser incluídas no Programa de Práticas Integrativas e Complementares de Santa Catarina, por meio de definições do Ministério da Saúde ou pelo próprio Núcleo Executivo Consultivo.

Essas práticas instalam-se no campo da saúde, com a sua multiplicidade e diversidade de profissionais, modelos, representações, saberes, técnicas e práticas. Sendo, portanto, plausível a substituição daquela terminologia pela das "Práticas Alternativas e Complementares".

Esse anexo está em parte fundamentado no Anexo da Portaria MS/971, de 2006, com particularidades adaptadas para o Estado de Santa Catarina.

Lido no Expediente

Sessão de 24/06/14

JUSTIFICATIVA

As Práticas Integrativas e Complementares estão associadas a sistemas e recursos terapêuticos complexos, os quais são também denominados pela OMS (Organização Mundial de Saúde) de medicina tradicional e complementar/alternativa (MT/MAC) (WHO,2002), cujos pontos compartilhados pelas diversas abordagens nesse campo são a visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do auto cuidado.

A prática da Promoção da Saúde tem sido evidenciada na construção de políticas que respondem às demandas da população, buscando melhorar o nível de sua saúde. No processo de Promoção à Saúde, visando outras racionalidades médicas à Atenção a Saúde, o Ministério da Saúde aprovou, em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, contemplando práticas já realizadas com sucesso no SUS e em resposta às demandas dos usuários expressa por meio das Conferências de Saúde.

A primeira Política criada em Santa Catarina, visando um Programa Estadual de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, foi a Lei Promulgada nº 12.386, de 16 de agosto de 2002, anteriormente à Portaria MS/971, de 03 de maio de 2006, que aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e ao Decreto 5.813, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos.

No Estado, duas entidades atuaram fortemente na implementação desta primeira Lei, a Câmara Setorial de Plantas Mediciniais e Associação Catarinense de Plantas Mediciniais, porém, desde a sua aprovação, não houve avanços significativos nas ações previstas na Lei supracitada.

A necessidade de revitalizar a Lei do Programa Estadual de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, visando acompanhar o crescimento das Práticas Integrativas e Complementares que vêm se consolidando cada vez mais no país é um estímulo para propor a extensão dessa Lei para uma Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares de Santa Catarina (PEPIC/SC).

No período de 2012 e 2013 ações regionais, enfatizaram esta necessidade, como o I e II Seminário de Práticas Integrativas e Complementares, realizados em Porto Alegre e Florianópolis respectivamente que resultaram em Cartas do Controle Social para que os gestores estaduais implantem Políticas para estas áreas no SUS.

Estes movimentos serviram de estímulo para propor a extensão desta Lei para uma Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares de Santa Catarina (PEPIC/SC).

A partir dessa conscientização foram compostas quatro equipes de trabalho, em que um conjunto de Instituições governamentais e não governamentais, foram convidadas a participar, por intermédio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na representação do atual Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Volnei Morastoni.

Esses grupos de trabalho fizeram suas sugestões para articular uma norma legal, e submeteram este texto, à apreciação da Comissão de Saúde da Alesc e à consulta pública. O trabalho realizado no período de três meses resultou neste documento, que agora apresentamos à consideração da Comissão de Saúde.

O Projeto de Lei contempla cinco Práticas, e deixa o texto em aberto para inclusão de outras que possam ser incorporadas futuramente. As Práticas que estão denominadas na Política são a Homeopatia, a Medicina Tradicional Chinesa, as Plantas Mediciniais e Fitoterapia, Termalismo, Antroposofia e outras práticas.

Neste sentido, a construção de uma política estadual de PICS, se faz necessária para atuar face ao pluralismo terapêutico e a necessidade presente entre os catarinenses e usuários do SUS, no interior do qual convivem diferentes sistemas e modalidades médicas, crenças e itinerários de saúde. Considerando o indivíduo na sua dimensão global a implantação desta política reforça o princípio da integralidade e da atenção a saúde.

Esta política, portanto, atende as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos visando avançar na institucionalização da PEPIC/SC no âmbito do SUS.

Diante do acima exposto, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas a aprovação desta proposição.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 066/2014

Institui a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com Crianças no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial do Estado de Santa Catarina a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com Crianças, evento que terá caráter permanente e edições a cada ano, a ser realizada na semana do dia 12 de outubro.

Parágrafo único. A programação da Semana compreenderá palestras com especialistas e atividades voltadas para a propagação dos cuidados que devem ser tomados na prevenção de acidentes domésticos, especialmente com crianças.

Art. 2º São objetivos da Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com Crianças:

I - estimular cuidado no que se refere ao uso de medicamentos, ressaltando-se a necessidade de prescrição médica;

II - cuidado ao guardar medicamentos e demais substâncias químicas, que possam oferecer riscos à saúde;

III - cuidados em relação ao contato com equipamentos elétricos, principalmente com tomadas de energia que ficam ao alcance das crianças;

IV - cuidados com a locomoção de crianças em apartamentos, recomendado o uso de redes de proteção na sacada e janelas;

V - cuidados a serem observados na utilização de elevadores e piscinas;

VI - cuidado em contato com animais de estimação;

VII - cuidados com a circulação de crianças na cozinha durante a preparação de alimentos; e

VIII - noções de primeiros socorros para casos de ingestão indevida de alimentos ou remédios que coloquem em risco a vida da criança.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 130/2014

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Casa do Oleiro, de Barra Velha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Casa do Oleiro, com sede no Município de Barra Velha.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 133/2014

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, aprovado pela Lei nº 15.722, de 2011.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015, constante do Anexo Único da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

REDUÇÃO			R\$ 1,00
PROGRAMA SUBAÇÃO	META FINANCEIRA 2012-2015	REDUZIDO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012590 Construção da Policlínica de Caçador	5.000.000	5.000.000	0
012576 Ampliação e readequação do Hospital Marieta Konder Bornhausen - Itajaí	41.555.031	1.500.000	40.055.031
SUPLEMENTAÇÃO			R\$ 1,00
PROGRAMA SUBAÇÃO	META FINANCEIRA 2012-2015	SUPLEMENTADO	META FINANCEIRA ATUALIZADA
0101 ACELERA SANTA CATARINA			
012745 Construção da Policlínica de Itapema	0	5.000.000	5.000.000
012746 Implementação das Policlínicas	0	1.500.000	1.500.000

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0200.7/2013

O art. 2º do Projeto de Lei nº 0200.7/2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por parte do Município de Tubarão, e regularizar a ocupação da área remanescente, por parte do Conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão.

Parágrafo único. As áreas esportiva e social pertencentes ao imóvel de que trata o art. 1º desta Lei serão disponibilizadas à comunidade para uso do Conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão, pelo prazo de 10 (dez) anos."

Sala das Comissões,
Deputado Silvio Dreveck
APROVADA A REDAÇÃO FINAL
LAVRE-SE O ATO
Sessão da 18/06/14
APROVADA EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 18/06/14

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 200/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Tubarão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Tubarão, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito de um imóvel de 18.370,12 m² (dezoito mil, trezentos e setenta metros e doze decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 3.729 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão e cadastrado sob o nº 01862 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por parte do Município de Tubarão, e regularizar a ocupação da área remanescente, por parte do Conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão.

Parágrafo único. As áreas esportiva e social pertencentes ao imóvel de que trata o art. 1º desta Lei serão disponibilizadas à comunidade para uso do Conselho Comunitário do Bairro Passagem do Município de Tubarão, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração (SEA) ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 396/2013

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Movimento Nacional de Educação no Trânsito (MONATRAN), pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito da sala nº 911 do Edifício Alpha Centauri, matriculada sob o nº 8.928 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 02312 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins educacionais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 11.261, de 7 de dezembro de 1999.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir que a entidade continue desenvolvendo suas atividades no mesmo imóvel.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá a sua posse.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao concessionário, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogado o inciso XXIX do art. 1º da Lei nº 14.318, de 15 de janeiro de 2008.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de junho de 2014.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***